

José Anderson Nascimento

# MAÇONARIA

EDUCAÇÃO, CULTURA E DIREITOS HUMANOS



**EDISE**



## GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE

### ***Governador***

Belivaldo Chagas Silva

### ***Vice-Governadora***

Eliane Aquino Custódio

### ***Secretário de Estado do Governo***

José Carlos Felizola Soares Filho



## SEGRASE - SERVIÇOS GRÁFICOS DE SERGIPE

### ***Diretor-Presidente***

Francisco de Assis Dantas

### ***Diretor Administrativo-financeiro***

Jecson Leo de Souza Araujo

### ***Diretor Industrial***

Mílton Alves



# EDISE

## EDISE - EDITORA DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SERGIPE

### ***Gerente Editorial***

Jeferson Pinto Melo

### ***Conselho Editorial***

Ezio Christian Déda Araújo

João Augusto Gama da Silva

Jorge Carvalho do Nascimento

José Anselmo de Oliveira

Ricardo Oliveira Lacerda de Melo

JOSÉ ANDERSON NASCIMENTO

# MAÇONARIA

EDUCAÇÃO, CULTURA  
E DIREITOS HUMANOS



**EDISE**

ARACAJU, 2022

COPYRIGHT©2022 BY JOSÉ ANDERSON NASCIMENTO

Capa  
Adilma Menezes

Diagramação  
Adilma Menezes

Revisão  
Marcus Prado

Fotografias  
Acervo da Loja Simbólica Maçônica Cotinguiba

Pré-Impressão  
Dalmo Macedo

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Nascimento, José Anderson  
Maçonaria [livro eletrônico] : educação,  
cultura e direitos humanos / José Anderson  
Nascimento. -- 1. ed. -- Aracaju, SE : Segrase,  
2022.  
PDF.

ISBN 978-65-86004-89-2

1. Maçonaria - Aspectos sociais 2. Maçonaria -  
Brasil 3. Maçonaria - Cotinguiba (SE) - História  
4. Maçonaria - História I. Título.

22-130200

CDD-366.109

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Maçonaria : História 366.109

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Editora filiada



Editora Diário Oficial do Estado de Sergipe - EDISE  
Rua Propriá, 227 · Centro  
49010-020 · Aracaju · Sergipe  
Tel. +55 (79) 3205 7421 / 3205 7420  
edise@segrase.se.gov.br

# PREFÁCIO



## QUEM SEMEIA LIVROS

O acadêmico José Anderson Nascimento é um polígrafo fértil. Semeia livros.

Cumpre, como voluntário convicto, a nobre tarefa de partilhar conhecimento e experiências.

Faz, exatamente, aquilo que compete ao intelectual, desde que não seja portador de viciosos hábitos: os florilégios beletristas, na maior parte, tão insípidos quanto despiçados.

O peruano Mário Vargas Llosa, Prêmio Nobel, bebeu em Euclides da Cunha, e, de forma palatável, em síntese perfeita, ampliada e embelezada pela ficção, levou a dramaticidade da gente, da terra e do sangue em Canudos, a ser lida em várias línguas. Ele escreveu A Guerra do Fim do Mundo.

Os Sertões, livro master de Euclides, também foi traduzido em muitas línguas, mas restringiu-se, quase, a uma clientela acadêmica.

O famoso escritor esteve por pouco tempo no Brasil, gastou, quase, na Bahia e em Sergipe, e esmiuçou coisas nossas, que o “beletrismo” nunca enxergara.

Nos últimos anos, uma nova fornada de escritores dedicou-se a fazer literatura com “Sergipanidade.” Escavaram o tempo e as raízes, e deles retiraram cenários da nossa história, desde o pedaço da Bahia, depois, no que ele veio a ser como Província e parte da federação republicana.

Anderson foi um deles.

Não só pesquisou e escreveu, também incentivou e ajudou tantos outros a seguirem a mesma rota.

Maçom, sábio obreiro da Loja Simbólica Cotinguiba, já tendo remexido Atas e Arquivos da vetusta Loja, e publicado opúsculos sobre a Cotinguiba e seus destacados paredros, ele, ao avizinhar-se o sesquicentenário da “sua Casa”, atendeu ao pedido-convocação que lhe foi dirigido pelo Venerável Orlando Carvalho Mendonça.

Respondeu ao chamado com presteza e com o entusiasmo que sempre o envolve quando se trata de desenvolver ações pela fascinante infinitude dos espaços da cultura.

O resultado é este livro: Maçonaria, Educação, Cultura e Direitos Humanos.

Percorre a Instituição Maçônica pelo mundo, abrange o universal, e fixa-se na singularidade de um aglomerado de cidadãos-obreiros, Livres, e de Bons Costumes. E percorre a obra e o legado dos Fundadores, chegando aos nossos dias.

No trajeto, desde quando os miasmas insalubres de uma cidade em formação faziam vítimas numerosas, e era preciso falar insistentemente em Saneamento e Higiene; depois, quando, no próprio Templo, acomodaram-se os infectados pela Gripe Espanhola de 1918; adiante, o sonho e o

empenho para “curar” uma outra pestilência, seguramente mais ampla e devastadora: o Analfabetismo.

Mais alguns anos, e chegou às nossas praias a mortandade catastrófica trazida por um submarino alemão, e era preciso enterrar centenas de vítimas, socorrer sobreviventes.

A Segunda Grande Guerra nos envolvia, e exigia a coragem e dedicação que nunca faltaram aos combatentes brasileiros, entre eles, uma plêiade de jovens maçons dispostos ao sacrifício. A Loja Simbólica Cotinguiba integrou-se ao esforço de guerra.

Em todos os momentos cruciais, esteve presente a Cotinguiba. São 150 anos completados nesse novembro de 2022. E sempre surgiu prestimosa, de forma útil e cuidadosamente discreta, ativa e vigilante, em tudo o que diz respeito à vida sergipana e nacional. Tudo isso é retratado, esmiuçado, explicado, contextualizado neste livro documento histórico, que José Anderson Nascimento escreveu para homenagear a Loja Cotinguiba. Homenagear os que erigiram a arquitetônica virtuosa no decorrer de um século e meio de vida. De intensa vida.

***Luiz Eduardo Costa***



## APRESENTAÇÃO

# O TEMPO, AS PESSOAS E A HISTÓRIA



Quis o destino que eu fosse contemporâneo do sesqui-centenário da Loja Simbólica Cotinguiba. E, caprichoso, quis ainda muito mais: que eu fosse o Venerável, tendo, assim, a honra e a responsabilidade de dar o indispensável destaque a essa efeméride, para nós, especialmente, muito significativa e emblemática.

Um evento comemorativo de data tão expressiva teria, necessariamente, de lançar luzes sobre o longo trajeto de cento e cinquenta anos, evocando os laços da Cotinguiba com a sociedade sergipana, o que, ao mesmo tempo, representa a solidez de um compromisso cívico, moral e patriótico, fortalecido com o tempo, e sempre renovado na caminhada ao futuro. Assim, o primeiro passo foi a mobilização dos nossos obreiros, para que surgissem ideias, e delineados os roteiros, as agendas, e definidas as atribuições. Nas reuniões que fizemos, os obreiros demonstraram que estão sempre prontos e prestimosos quando se trata de servir e construir. Construir, aliás, é uma especialidade, ou característica da Maçonaria, cujas origens remontam àquelas corporações de pedreiros-livres egressos dos Feudos, experimentando o ar de liberdade nas cidades que se expandiam e necessitavam de quem trabalhasse a pedra, e até erigisse Catedrais.

Nesse século e meio, os pedreiros-livres da nossa Loja movimentaram muitas pedras, e as assentaram, sincronicamente. Essa pode ser uma metáfora para o ato de aperfeiçoamento, constante e progressivo, que se traduz em solidez de propósitos e responsabilidade social.

Teremos, sem dúvidas, diversas festividades, momentos de confraternização, irmandade, alegrias, mas pretendíamos um marco permanente, para que, no Bicentenário, os nossos sucessores, os que pesquisam e escrevem a História, tivessem-no disponível para consultas.

Então, surgiu o nosso irmão Jose Anderson Nascimento. Demonstrando, mais uma vez, a sua permanente disposição de servir, aprestou-se a reafirmar aquilo que tem sido o desiderato da sua vida: o culto ao Saber.

Maçonaria: Educação, Cultura e Direitos Humanos, é este livro que ele escreveu, resultado de buscas, da vivência maçônica, do trânsito pela literatura específica e pela amplitude da História. Um livro que será o marco simbólico e eloquente do nosso Sesquicentenário.

Ao preclaro e prestimoso irmão Jose Anderson Nascimento, cujo valor intelectual enobrece a todos nós, a Loja Simbólica Cotinguiba, em meu nome, externa o agradecimento, e o anelo: que o Supremo Arquiteto do Universo ilumine cada vez mais a sua vida; nos proteja e às futuras gerações maçônicas, na caminhada através dos séculos.

***Orlando Carvalho Mendonça***

Venerável

# SUMÁRIO

PREFÁCIO.....	5
APRESENTAÇÃO	
O tempo, as pessoas e a história.....	9
ESBOÇO HISTÓRICO DA MAÇONARIA.....	13
Paradigmas Maçônicos.....	18
Controvérsias paradigmáticas na Maçonaria.....	20
O paradigma da modernidade.....	23
DIREITOS HUMANOS E EDUCAÇÃO .....	29
O paradigma dos direitos humanos.....	31
MAÇONARIA E RELIGIÃO.....	37
A controvérsia Igreja x Maçonaria.....	50
O paradigma educacional, pedagógico e moral da Maçonaria.....	57
OS 150 ANOS DA LOJA SIMBÓLICA COTINGUIBA E A CONSTRUÇÃO DA MAÇONARIA EM SERGIPE .....	67
Liga Sergipense Contra o Analfabetismo.....	89
Asilo Rio Branco .....	97
Ação Paramaçônica Juvenil .....	99
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	101
ANEXOS .....	103



## ESBOÇO HISTÓRICO DA MAÇONARIA



A História da Maçonaria confunde-se com a própria História da humanidade.

Indícios da existência da Maçonaria, ou pelo menos da sua simbologia e da sua filosofia, são encontrados desde 5.000 a.C. No interior de várias pirâmides, templos e túmulos daquela época, foram identificados alguns dos símbolos até hoje utilizados em rituais maçônicos (NASCIMENTO, 2000, p. 11).

O cunho filosófico da Maçonaria, uma das razões por que ela se constitui de forma velada, é justamente a pesquisa dessa verdade, ou seja, da essência do ser humano.

A Maçonaria não nasceu com o nome de Maçonaria, tampouco com o de franco-maçonaria. Ela teve inúmeros nomes e foi alterando a sua constituição no aperfeiçoamento, até que achou o nome atual, fixando-se nele por ser a melhor expressão que diz dos seus objetivos e de suas raízes.

Segundo os etimologistas, o vocábulo *maçom* procede do germânico *makio*, radical, *makon*, fazer, o que deu o alemão atual *machen*, latinizando-se em *machio*, francês *maçon*, inglês *mason*, português *maçon* (ALENCAR, 1968, p. 16).

A Maçonaria apresenta duas partes fundamentais que foram o seu ponto de partida desde o início, e que se mante-

ve inalterado até a presente data. A adoração de um Deus e igualdade entre os homens (CAMINO, 1972, p. 15).

A Maçonaria é, portanto, uma sociedade e um conceito filosófico. O termo maçom, que tem origem na Língua Francesa, significa “construtor”. Dessa forma, os maçons são os construtores da humanidade, e a expressão Maçonaria simbolicamente representa a construção.

Para se entender a história da Maçonaria, deve-se recorrer à leitura da obra *História e memória*, de autoria do historiador francês Jacques Le Goff (2003, p. 18), que aponta três sentidos para a palavra História: aquele dado por Heródoto, o que “procura das ações realizadas pelo homem”; o de Paul Veyne, da História como uma série de acontecimentos narrados; e o de narração, propriamente dita, seja real ou ficcional.

O mesmo pesquisador considera “haver duas histórias: a da memória coletiva e a dos historiadores” e não afasta a importância da periodização como “principal instrumento de inteligibilidade das mudanças significativas (LE GOFF, 2003, p. 29).

„As bases remotas da Maçonaria Lendária estão assentadas no Egito, e a prática educativa nas transmissões dos conhecimentos entre os homens era feita oralmente. Os construtores das pirâmides egípcias tinham um conhecimento diferenciado, que se destacava dos demais, e esse conhecimento era passado de pai para filho (ou para as pessoas próximas).

Na opinião de Renato de Alencar, a Maçonaria está repleta de tradições egípcias, o que atordoava os mais serenos e

metódicos. A origem dessas tradições, que a nutre e cultiva com grande devoção e sinceridade, assenta no fascínio dos mistérios da antiguidade confiados às castas sacerdotais, cuja sabedoria e interpretação de símbolos, orações e parábolas eram transmitidas aos iniciados em várias etapas (ALENCAR, 1968, p. 13).

Como naquela época não existia uma tradição escrita para transmitir esse conhecimento, o mesmo era transmitido verbalmente. A Maçonaria atual adota esse simbolismo da Antiguidade para transmitir seus conhecimentos via oral.

Então, adotando-se a tradição oral, temos que a Maçonaria nasceu com a construção do Templo de Salomão, terceiro Rei dos Judeus, filho de Davi e Betsabé, nascido em Jerusalém em 990 a. C, muito embora existam registros de que já existia antes da construção do Templo de Jerusalém, cuja ideia não pertence a Salomão, e sim a seu pai, o Rei Davi. Fundada em princípios filosóficos, ela constituiu-se com o propósito de construir uma sociedade justa e equânime.

Coube, entretanto, a James Anderson, um pregador presbiteriano londrino, organizar, juntamente com Desaguliers, todos os trabalhos maçônicos conhecidos. Por esse motivo, boa parte dos maçons aceitos era protestante, e, quando em 1723 foi promulgada a 1ª Constituição Maçônica (a Constituição de Anderson), a Maçonaria passou a conceder a seus integrantes liberdade de culto, exigindo apenas a crença em um Deus único: o Grande Arquiteto do Universo, o GADU.

A reação da Igreja Católica contra essa liberalidade fez com que o papa Clemente XII, na sua bula *In eminenti*, de 28

de abril de 1738, acusasse os maçons de heresia e ameaçasse os fiéis que se aproximassem da Ordem com a excomunhão, uma pena gravíssima para os católicos.

Segundo Camino, a principal condenação indicada por Clemente XII está no caráter sigiloso e secreto da Maçonaria, segredo que é mantido sob juramento e penas graves. No referido documento ele destaca:

Sabemos que por aí se desenvolvem, progredindo cada dia, certas sociedades, assembleias, reuniões, corrilhos ou conventículos, que se chamam vulgarmente de franco-maçons - ou que têm outra denominação, segundo a variedade das línguas - nas quais se ligam homens de todas as religiões e seitas, sob aparência de honestidade natural, por um pacto estreito e impenetrável, conforme leis estatutos por eles criados, obrigando-se debaixo de juramento e sob penas graves a ocultar por um silencio inviolável tudo o que praticam nas sombras do segredo. [...]

E ordenamos-lhes absolutamente que se abstenham por completo dessas sociedades, assembleias, reuniões, corrilhos e conventículos, e isto debaixo de pena de excomunhão, na qual se incorre pelo fato e sem outra declaração, e da qual ninguém pode ser absolvido senão por nós, ou pelo Pontífice Romano reinante, exceto em artigo de morte. (CAMINO, 1972, p. 107-108).

Nos países em que predominava o catolicismo, como Itália, França, Espanha, Polônia e Portugal, os maçons fo-

ram perseguidos pela Inquisição e muitos deles torturados até à morte. Porém, mesmo enfrentando a ira do Santo Ofício e do dogmatismo clerical, a Maçonaria colocou-se na vanguarda do renascimento cultural e científico e na luta por grandes reformas sociais.

Diante dessa realidade, os maçons não tiveram outra alternativa senão agirem secretamente, reunindo-se nos desertos pátios de igrejas, até à meia-noite. A chama dos ideais libertários e progressistas defendidos pela franco-maçonaria, (como passou a ser denominada a Ordem, na Europa Latina), não deixou de influenciar episódios como a Revolução Francesa, a Independência dos Estados Unidos e de muitos países da América do Sul.

A importância da tradição maçônica é um fato incontestável e merecedor de grande respeito e admiração. Sobrevivendo aos séculos, mostra-se como exemplo, ou paradigma, na discussão dos grandes temas da Humanidade, adaptando-se às modernidades sem fugir às suas tradições. Como paradigma qualificativo, registra a sua efetiva participação nos projetos educacionais republicanos, especialmente aqueles voltados para a ilustração da pessoa humana, através da alfabetização. Esse projeto foi desenvolvido com pioneirismo e sucesso pela Liga Sergipense Contra o Analfabetismo, órgão criado por maçons da Loja Simbólica Cotinguiba e por intelectuais sergipanos, com o propósito de edificarem uma sociedade justa, plural e participativa.

Em outros estados da federação, eram inauguradas escolas com esse propósito de alfabetização das pessoas. Entre eles, encontramos registros em São Paulo, com o

Grupo Escolar Sete de Setembro; a Escola da Loja Lealdade, a Escola Firmeza (1918); o Ginásio Independência (1925); o Ginásio Anglo Latino (1924), atualmente Colégio Anglo, e a Escola Luiz Gama (1929). Nessa mesma linha de ação da Maçonaria, era inaugurada pela Loja Padre Azevedo, em João Pessoa, Paraíba, em 8 de março de 1958, a Escola Padre Azevedo, com a missão de alfabetizar e instruir crianças, no turno diurno, e adultos, no turno noturno. Nessa época de afirmação social, a elite maçônica via a pobreza e o analfabetismo como elementos a serem combatidos, a fim de que o Brasil experimentasse o progresso social, econômico e cultural, posição que sustentava seus esforços na criação de escolas, notadamente para os mais necessitados.



## **PARADIGMAS MAÇÔNICOS**

Quando se pretende estabelecer um método para a História da Maçonaria, devemos ter em mente a necessidade de criarmos conceitos, categorias, rupturas e continuidades. A História fala em conceitos. Por isso, admite-se a existência de cinco ou seis conceitos.

A narrativa histórica tem em Heródoto e Júlio Cesar dois representantes, mas sempre presente neles o pensar a História grega e romana como um exemplo de dominador. A primeira providência do exército conquistador romano, por exemplo, quando conquistava, era fundar uma escola para ensinar a História de Roma.

Uma outra questão importante se refere ao pensamento histórico que remonta à Antiguidade, quando o cacique, o pajé, contavam histórias dos antepassados numa forma de pensamento histórico, embora não existisse uma prática historiográfica, ou seja, escrita.

Essa prática historiográfica não pode estar separada do pensar historicamente. Neste caso, temos que trabalhar com a narrativa histórica, que pode ser oral ou escrita. Heródoto, anteriormente citado, possuía uma narrativa pragmática e agradável.

Até o início do século XIX, é possível distinguirmos quatro tipos de práticas historiográficas, cada qual correspondendo a um paradigma: o primeiro é chamado de história-exemplo. O modelo é uma decorrência da produção historiográfica greco-romana, segundo a qual a história é um conjunto de feitos de onde podem ser extraídas lições para a conduta dos homens. A história-exemplo é utilizada ainda hoje em dia quando se compara o final do século XX com a época narrada por Heródoto. Esse tipo de História parte de uma perspectiva a-histórica porque se baseia no pressuposto da imutabilidade da natureza humana e das circunstâncias em que ela atua.

O segundo paradigma representa o sentido cristão, ou seja, procura construir uma filosofia da história onde se centrou na divindade todos os atributos absolutos.

No segundo paradigma temos a História voltada para um sentido. Aparece na Idade Média quando o sentido da História se confunde como sentido cristão.

Durante o Renascimento – séculos XV e XVI –, são tomados bíblicos alguns textos da Antiguidade que estavam

nas mãos da Igreja. Esse é o momento em que surge o Agostinismo político com os dois gládios: temporal, na pessoa do rei, e o espiritual, na figura do papa, que detinha o domínio do espírito sobre a matéria. O rei queria ser legitimado pelo papa que, por sua vez, necessitava da proteção material do rei. O rei usurpa e o papa legitima em troca da proteção. Quando os Estados Nacionais começaram a se fortalecer, tem início a contestação contra o papa. Diminuiu o grau de subordinação.

A Maçonaria Moderna surge com estes dois paradigmas. Como presentemente não temos, na Maçonaria, um corpo conceitual para substituir o que está ultrapassado, devemos admitir que os cinco paradigmas coexistem até hoje.

## CONTROVÉRSIAS PARADIGMÁTICAS NA MAÇONARIA

A Maçonaria é uma sociedade civil secular e de caráter universal, cujos membros cultivam os princípios da liberdade, democracia, igualdade, aperfeiçoamento intelectual e fraternidade, pugnando pela justiça social e humanidade. É uma associação iniciática, filosófica, educativa e filantrópica. Os maçons estruturam-se e reúnem-se em células autônomas, designadas por oficinas ou Lojas, como são mais conhecidas.

Enfim, é uma associação iniciática, que tem um aspecto externo e visível consistente de seu cerimonial, doutrinas e símbolos, e outro aspecto interno, mental e espiritual, oculto sob as cerimônias, doutrinas e símbolos, acessível só ao maçom que haja aprendido a usar sua imaginação espi-

ritual e seja capaz de apreciar a realidade acobertada pelo símbolo externo.

O aprofundamento de uma investigação qualitativa sobre os seus objetivos leva-nos a um estudo nas suas observações minuciosas e prolongadas, bem assim, na análise de produtos escritos para estabelecer os princípios da ordem maçônica, baseados na tolerância mútua, tendo por divisas a Liberdade, a Igualdade e a Fraternidade, e por lema a Justiça, Verdade e Trabalho.

Temos, então, por princípio da Maçonaria, a Tolerância mútua, o respeito aos outros, a não imposição de dogmas, nem a exigência de subserviência espiritual, pelo que concede aos seus componentes amplo direito de pensar e de discutir livremente. A Maçonaria considera as concepções metafísicas como sendo do domínio exclusivo da apreciação individual dos seus membros, e não admite afirmações dogmáticas que não possam ser debatidas racionalmente.

Com essas assertivas, os maçons devem esforçar-se para aprimorarem-se espiritualmente, devotarem-se à prática do Bem, sem ostentação, não por vaidade e sim como imperioso dever de Solidariedade Humana. Auxiliar o próximo não é um favor, e sim o cumprimento de um dever. O maçom trai o seu juramento quando perde uma oportunidade de praticar o Bem. O que para muitos profanos é um ato meritório, para o maçom é um dever imperioso, sagrado.

Na apreciação de Albuquerque, a Maçonaria

Considera seu principal dever estender a toda a Humanidade os laços fraternais que unem os ma-

çons dos diversos Ritos dispersos pela superfície do globo. A Maçonaria recomenda aos seus membros, a propaganda pela palavra oral, pela escrita e pelo exemplo, de seus ensinamentos de Fraternidade sem distinção de raça, nacionalidade ou religião. O Maçon deve solidarizar-se com o seu semelhante, sem buscar investigar a sua procedência ou o seu credo religioso. O essencial é que o Homem creia, que acredite em um Ser Supremo, que é Deus. Se o indivíduo é ateu, é um descrente, cumpre ao Maçon mostrar-lhe o caminho da crença, fazer-lhe ver que não podemos viver sem ter confiança, sem acreditar em um Ser Supremo, Deus, um Deus bondoso, perfeito, justiceiro, que sabe perdoar. (ALBUQUERQUE, 1972, p. 22).

Por outro lado, a ordem maçônica entende que os maçons têm por dever especial, em todas as circunstâncias da vida, ajudar, esclarecer e proteger os seus irmãos, defendendo-os contra as injustiças dos homens. Embora haja vários ritos na Maçonaria, mas que não se hostilizam, um maçom deve tratar fraternalmente outro maçom, como irmãos que são, sem procurar inteirar-se do seu rito, ou da obediência a que pertence. Considera o trabalho como um dos deveres essenciais do homem honrado, igualmente o manual como o intelectual.



## O PARADIGMA DA MODERNIDADE

O aspecto paradigmático da Maçonaria, em que resplandece a solidariedade, pode ser visto a partir do conceito do paradigma da modernidade apontado por Santos:

O paradigma da modernidade comporta duas formas principais do conhecimento: o conhecimento-emancipação e conhecimento-regulação. O conhecimento-emancipação é uma trajetória entre o estado de ignorância que designo por colonialismo e o estado de saber que designo por solidariedade. O conhecimento-regulação é uma trajetória entre um estado de ignorância que designo por caos e o estado de saber que designo por ordem. Se o primeiro modelo de conhecimento progride do colonialismo para a solidariedade, o segundo progride do caos para a ordem. Nos termos do paradigma da modernidade, vinculação recíproca entre o pilar da regulação e o pilar da emancipação implica que estes dois modelos de conhecimento se articulem em equilíbrio dinâmico. Isto significa que o poder cognitivo de ordem alimenta o poder cognitivo da solidariedade, e vice-versa. (SANTOS 2000, p. 78).

Dentro desse diapasão, notamos que a investigação qualitativa e os seus métodos são uma resposta às limitações reveladas pelos métodos quantitativos.

Nesse mesmo sentido, Fernandes adverte que:

O idealismo de Kant e seus sucessores está na base do paradigma qualitativo. Aqui não se considera a existência de uma só interpretação da realidade; pelo contrário, admite-se que há tantas interpretações da realidade, quantos os indivíduos (investigadores) que a procuram interpretar. (FERNANDES, 1991, p. 64-66).

Num outro momento, podemos destacar o conceito de sociabilidade na Maçonaria.

Um conceito que o mundo acadêmico internacional, e ultimamente o brasileiro, utiliza para analisar a Maçonaria é o de sociabilidade, proposto pioneiramente pelo historiador francês Maurice Agulhon no seu livro *Pénitents et Francs-Maçons de l'Ancienne Provence*.

Agulhon define a sociabilidade como a maneira com que os homens vivem suas relações interpessoais e se inserem nos seus diversos entornos, não caracterizando somente psicologias individuais. Varia com o meio social, muitas vezes com o país, e certamente com as épocas. Grupos inteiros podem ser coletivamente sociais, ou mais sociais que outros; os parisienses mais que o pessoal do interior, os operários mais que os camponeses, os homens do século XVIII mais que os do século XVII, etc. Enfim, estudar sociologicamente a Maçonaria como um fato social, ou seja, uma forma de coerção sobre os indivíduos que é tida como uma coisa exterior a eles, tendo uma existência independente e estabelecida em toda a sociedade, que é considera-

da então como caracterizada pelo conjunto de fatos sociais estabelecidos.

A Maçonaria é, portanto, um dos grupos sociais, assim como as academias e sociedades literárias, que teriam introduzido, na Europa do século XVIII, um novo comportamento em pleno Estado Absolutista.

Agulhon estudou, então, esse comportamento na Provença, que incluiu desde as confrarias religiosas até, e principalmente, as lojas maçônicas.

Dois intelectuais alemães deram a sua contribuição nessa discussão sobre sociabilidade e espaço público. O historiador Reinhart Koselleck e o filósofo Jürgen Habermas. Reinhart Koselleck escreveu em 1959 um clássico: *Crítica e crise*. Este clássico só viria a ser traduzido no Brasil 40 anos depois, ou seja, em 1999. Pelo segredo, as lojas maçônicas representavam uma nova forma de poder burguês no qual a própria burguesia começou a corroer o Estado Absolutista por dentro. Jürgen Habermas, no seu livro *Mudança estrutural da esfera pública*, contribuiu para aclarar o conceito de espaço público. Koselleck e Habermas usam a construção do século XVIII de um novo espaço público como um verdadeiro prisma para lançar luz sobre a nova sociabilidade. Os estudiosos da Maçonaria passaram a utilizar essa plataforma conceitual para realizar o papel que a ordem maçônica desempenhou na construção dessa mesma sociabilidade.

Essa sociabilidade urbana, maçônica, Beaurepaire chama de sociabilidade em mutação, passando a ser o apátrio da Maçonaria no século XVIII europeu. No Brasil,

esse conceito orientou as pesquisas dos historiadores, no início do século XIX, de como essa nova forma de sociabilidade concorreu para a independência do país, as novas pautas políticas, o constitucionalismo no primeiro e segundo império, a luta contra os monopólios eclesiásticos dos cemitérios, a filantropia, a nova educação mais laica, dentre outros aspectos socioculturais relevantes.

Os paradigmas do respeito ao próximo, do pluralismo e da solidariedade conduzem a Maçonaria como pioneira da consagração da dignidade espiritual da condição humana, como parte integrante do universo, o que vai ao encontro com a defesa da Educação, da Cidadania e do ecossistema em que nos situamos. A atitude de fraternidade que pressupõe a igualdade, conduz à igualdade entre homens e mulheres, e à proteção dos segmentos vulneráveis da sociedade, como crianças e adolescentes, idosos, portadores de necessidades especiais e hipossuficientes organizacionais, além de proteger a liberdade de expressão, de associação, de culto, sempre num contexto em que a tolerância, como estilo comportamental, conduz à harmonia e à paz.

Numa análise perfunctória da ordem maçônica e das suas ações humanitárias, podemos afirmar que o paradigma educacional da Maçonaria projeta-se no processo de mundialização e de emancipação e progresso espiritual dos povos, como uma dinâmica positiva, que deverá preocupar-se no sentido de serem criadas as condições que a favoreçam, e evitem desvios que a contrariem, sem sujeição a dependências no domínio econômico, discriminações no âmbito social, sujeições de caráter espiritual, ou seja, a

mundialização deve ser também a mundialização dos direitos humanos.

O paradigma educacional da Maçonaria, especialmente, em Sergipe pode ser notado com a efetiva atuação da Liga Sergipense Contra o Analfabetismo. Maçons da Loja Cotinguiba, atendendo sempre às necessidades sociais do povo e considerando a campanha liderada por Olavo Bilac, que situava o analfabetismo como problema nacional, responsável pelo atraso político, cultural e econômico do Brasil, associaram-se com pessoas de ambos os sexos e de diversos segmentos culturais e resolveram criar a Liga Sergipense Contra o Analfabetismo, em 24 de setembro de 1916, visando erradicar o analfabetismo em Sergipe.

A Liga preocupou-se em alfabetizar adultos, principalmente operários para as fábricas têxteis de Aracaju e outras atividades, prestando serviços como ferroviários, marítimos, comerciários e artesãos.



## DIREITOS HUMANOS E EDUCAÇÃO



Os direitos humanos estão inseridos no contexto das garantias individuais e têm um conteúdo muito amplo, são os direitos e liberdades básicos de todos os seres humanos. Normalmente, o conceito de direitos humanos tem a ideia, também, de liberdade de pensamento e de expressão, e a igualdade perante a lei, direitos defendidos pela Maçonaria e consagrados universalmente.

A Declaração Universal dos Direitos do Homem da Organização das Nações Unidas, forjada em lojas maçônicas, é um exemplo a ser considerado, na análise de Jones, quando afirma:

A ideia de direitos humanos tem origem no conceito filosófico de direitos naturais que seriam atribuídos por Deus; alguns sustentam que não haveria nenhuma diferença entre os direitos humanos e os direitos naturais e veem na distinta nomenclatura etiquetas para uma mesma ideia. Outros argumentam ser necessário manter termos separados para eliminar a associação com características normalmente relacionadas com os direitos naturais, sendo John Locke talvez o mais importante filósofo a desenvolver esta teoria. (JONES, 1994, p. 73).

Existe um importante debate sobre a origem cultural dos direitos humanos. Geralmente se considera que tenham sua raiz na cultura ocidental moderna, mas existem ao menos mais duas posturas principais. Alguns afirmam que todas as culturas possuem visões de dignidade que são uma forma de direitos humanos, e fazem referência a proclamações como a Carta de Mandén, de 1222, declaração fundacional do Império de Malí. Não obstante, nem em japonês nem em sânscrito clássico, por exemplo, existiu o termo direito até que se produziram contatos com a cultura ocidental, já que estas culturas colocaram tradicionalmente um peso nos deveres.

As teorias que defendem o universalismo dos direitos humanos se contrapõem ao relativismo cultural, que afirma a validade de todos os sistemas culturais e a impossibilidade de qualquer valorização absoluta desde um marco externo, que neste caso seriam os direitos humanos universais. Entre estas duas posturas extremas se situa uma gama de posições intermediárias. Muitas declarações de direitos humanos emitidas por organizações internacionais regionais põem um acento maior ou menor no aspecto cultural, e dão mais importância a determinados direitos de acordo com sua trajetória histórica. A Organização da Unidade Africana proclamou, em 1981, a Carta Africana de Direitos Humanos e de Povos, que recopia princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e adicionava outros que tradicionalmente se tinham negado na África, como o direito de livre determinação ou o dever dos Estados de eliminar todas as formas de exploração eco-

nômica estrangeira. Mais tarde, os Estados africanos que acordaram a Declaração de Tunes, em 6 de novembro de 1992, afirmaram que não se pode prescrever um modelo determinado a nível universal, já que não podem se desvincular as realidades históricas e culturais de cada nação, das tradições, normas e valores de cada povo. Em uma linha similar se pronunciam a Declaração de Bangkok, emitida por países asiáticos em 23 de abril de 1993, e a de Cairo, firmada pela Organização da Conferência Islâmica em 5 de agosto de 1990.

Também a visão ocidental-capitalista dos direitos humanos, centrada nos direitos civis e políticos, se opôs um pouco durante a Guerra Fria, destacando no seio das Nações Unidas, o bloco socialista, que privilegiava os direitos econômicos, sociais e culturais, e a satisfação das necessidades elementares.

## ○ PARADIGMA DOS DIREITOS HUMANOS

A Loja Simbólica Cotinguiba, desde a sua formação, sempre se preocupou com a defesa dos direitos individuais das pessoas, principalmente nos momentos cruciais da vida política brasileira. Historicamente, os maçons sergipanos empenharam-se em debates, defendendo a democracia e, no curso de mais de 73 anos, apoiando e enaltecendo a Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada pelas Nações Unidas em 1948, que vem cumprindo um papel extraordinário na história da humanidade. Além disso, codificou as esperanças de todos os oprimidos, fornecendo linguagem

autorizada à semântica de suas reivindicações. Proporcionou base legislativa às lutas políticas pela liberdade e inspirou a maioria das Constituições nacionais na positivação dos direitos da cidadania. Lançou os alicerces de uma nova e profusa disciplina jurídica, o Direito Internacional dos Direitos Humanos, descartando o critério da reciprocidade em favor de obrigações *erga omnes*. Estabeleceu parâmetros para a aferição da legitimidade de qualquer governo, substituindo a eficácia da força pela força da ética. Mobilizou consciências e agências, governamentais e não-governamentais, para atuações solidárias, esboçando uma sociedade civil transcultural como possível embrião de uma verdadeira comunidade internacional (ALVES, 1998, p. 6).

É fato que nenhuma dessas conquistas se verificou sem controvérsias e lutas. Nem mesmo os Estados redatores da Declaração se dispuseram seriamente a cumpri-la desde o primeiro momento, conforme evidenciado nas resistências à outorga de natureza obrigatória aos direitos nela definidos. Em contraste com os dois anos e meio transcorridos para a negociação e proclamação da Declaração, os dois principais tratados de direitos humanos – o Pacto Internacional sobre Direitos Cívicos e Políticos e o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais –, de caráter compulsório para os respectivos Estados-partes, também negociados desde 1946, levaram 20 anos para serem aprovados na ONU (em 1966) e 30 para entrar em vigor no âmbito internacional (em 1976, ano em que obtiveram o número de ratificações necessárias). Até hoje não receberam a adesão de todos os países.

Herdeira do Iluminismo, assim como a própria ONU, a Declaração de 1948 explicita, no preâmbulo, sua doutrina. Esta se baseia no reconhecimento da “dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis” como “fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo”. Para que os Estados, a título individual e em cooperação com as Nações Unidas, cumpram plenamente o compromisso de promover o respeito universal aos direitos humanos e liberdades fundamentais, assumido ao assinarem a Carta de São Francisco e recordado no preâmbulo da Declaração, “uma compreensão comum desses direitos e liberdades” é reputada “da mais alta importância”.

Os direitos estabelecidos na Declaração, embora frequentemente violados, são hoje em dia amplamente conhecidos: à vida, à liberdade, à segurança pessoal; de não ser torturado nem escravizado; de não ser detido ou exilado arbitrariamente; à igualdade jurídica e à proteção contra a discriminação; a julgamento justo; às liberdades de pensamento, expressão, religião, locomoção e reunião; à participação na política e na vida cultural da comunidade; à educação, ao trabalho e ao repouso; a um nível adequado de vida, e a uma série de outras necessidades naturais, sentidas por todos e intuídas como direitos próprios por qualquer cidadão consciente.

O passo mais significativo – ainda que não “definitivo” – no caminho da universalização formal da Declaração de 1948 foi dado na Conferência Mundial dos Direitos Humanos, realizada em Viena, em junho de 1993. Maior conclave

internacional jamais reunido até então para tratar da matéria, congregando representantes de todas as grandes culturas, religiões e sistemas sociopolíticos, com delegações de todos os países (mais de 170) de um mundo já praticamente sem colônias, a Conferência de Viena adotou por consenso – portanto, sem votação e sem reservas – seu documento final: a Declaração de Viena. Este afirma, sem ambiguidades, no artigo 1º: “A natureza universal desses direitos e liberdades não admite dúvidas”.

E inegável que o consenso alcançado nessa conferência mundial exigiu longas e difíceis negociações, como é normal em eventos congêneres. Não houve, porém, propriamente, imposições de parte a parte vencedoras, nem o documento se propõe violar o âmago de qualquer cultura. Como assinala o artigo 5º, depois de reafirmar a interdependência e indivisibilidade de todos os direitos humanos: “As particularidades nacionais e regionais devem ser levadas em consideração, assim como os diversos contextos históricos, culturais e religiosos, mas é dever dos Estados promover e proteger todos os direitos humanos e liberdades fundamentais, independentemente de seus sistemas políticos, econômicos e culturais”.

Como se vê, os Direitos Humanos constituem a categoria mais básica de direitos que qualquer ser humano, em qualquer parte do mundo, pode requerer em defesa própria ou de outrem.

Não há distinção de classe social, etnia, gênero, nacionalidade, religião, orientação sexual, ou de qualquer outro tipo que anule os direitos fundamentais de uma pessoa.

Portanto, os Direitos Humanos não são uma invenção. Como direitos pertencentes a qualquer ser humano, eles existem desde que exista ser humano na face da Terra. O que aconteceu foi o reconhecimento desses direitos já existentes, por meio de convenções e documentos oficiais.

Frisamos que os direitos humanos pertencem à humanidade e aplicam-se a todos os seres humanos, sem exceção e nem distinção. Portanto, a crença do senso comum de que os Direitos Humanos servem para proteger certas pessoas, em detrimento de outras, está absolutamente incorreta.

Dentro dessa linha, a Maçonaria estabeleceu o paradigma dos direitos humanos com uma abordagem educacional, voltada para a formação de novas mentalidades, onde a sociedade age como educadora da própria sociedade.

No Brasil, essa mentalidade prosperou a partir da Constituição Federal de 1988, a Constituição Cidadã, através da qual projetou-se a valorização da diversidade racial étnica, religiosa, cultural e política do Brasil. Além disso, deu visibilidade e voz àqueles que tradicionalmente têm sido ocultados e calados, frequentemente, porque a sociedade não sabe como lidar com as questões que trazem.

A importância do uso de recursos variados de expressão para sensibilizar, informar e oferecer elementos à reflexão, foi outro ponto apresentado pela Maçonaria para a sugestão na elaboração legislativa pertinente.

A compreensão de que o respeito aos Direitos Humanos é tarefa a ser construída no cotidiano, como atividade de cooperação dos diversos cidadãos, possibilitou à Maçonaria recrutar a cooperação de Organizações da Sociedade

Civil de Interesse Público, órgãos de imprensa e meios de comunicação em geral, para conscientizar a todos que os direitos humanos são valores transculturais.

## MAÇONARIA E RELIGIÃO



A Maçonaria deixou de ser um bloco monolítico, isto é, uma fraternidade de alcance universal, indivisível, com um posicionamento ideológico uno bem definido e aceito por todos. Há obediências, resultantes até de cisões, emitindo conceitos polêmicos e às vezes conflitantes com a melhor tradição e dos *landmarks* maçônicos, como, por exemplo, a aceitação de mulheres e a negação ao uso do Livro da Lei (Bíblia, Alcorão, Torah) no altar dos juramentos. Por isso, sua posição alinha-se com a corrente majoritariamente aceita no mundo, sustentada pela Grande Loja Mãe, a Grande Loja Unida da Inglaterra, pela qual as demais Obediências, denominadas “regulares”, são reconhecidas e aderentes à “Constituição de Anderson”, de 1723 – carta magna da Ordem.

Por entender que ninguém, rigorosamente falando, está autorizado a falar em nome da Maçonaria, evita-se, sempre que possível, basear seus conceitos e posições em opiniões emitidas individualmente por escritores maçons ou não-maçons, por mais famosos e reconhecidos que sejam. Em face disso, os conceitos e princípios fundamentais da Ordem são emitidos a partir de documentos oficiais, autenticamente publicados por Obediências, ou por con-

venções de Obediências regulares e de reconhecida competência e legitimidade. Somente essas estão legitimamente autorizadas a emitir conceitos maçônicos.

O mais próximo que se chega de opiniões isoladas de maçons é quando são citados conceitos vindos de Academias Maçônicas, constituídas por maçons de reconhecido saber, vindos à luz após debates de teses, antíteses e sínteses, como é o caso, por exemplo, da Academia Brasileira Maçônica de Letras, em seu manifesto de 24 de junho de 1985, assinado por 36 maçons de notório saber. Os críticos da Ordem Maçônica nunca aludem aos documentos oficiais da Maçonaria (Constituição de Anderson, *Landmarks*, Constituição de Obediências, inclusive dos Supremos Conselhos) divulgados na literatura, conforme mencionam, mas preferem emitir suas opiniões baseadas em textos de autores os mais variados, dando preferência intencional àqueles que, sistematicamente, combatem a Maçonaria.

Diante disso, o Supremo Conselho para o Rito Escocês Antigo e Aceito, órgão máximo do gerenciamento filosófico maçônico, preferiu não definir o significado de religião, já que não existe uma conceituação universalmente aceita para o termo. Cristãos (protestantes, católicos) imaginam uma forma e conceito de religião; os religiosos orientais definem-no distintamente; espíritas têm ainda definições diferentes; intelectuais seculares e agnósticos, também. Qualquer um que emitir conceitos sobre religião corre o risco de ser logo contestado. Além disso, grande é a confusão que se faz entre “religião” e uma “confissão religiosa”, ou mesmo uma organização religiosa. Dizer que a Maçonaria

ria é uma religião, e como tal contrária às demais religiões, inclusive a cristã – como apregoam os críticos da Ordem – é a primeira e mais importante acusação dos antimaçons.

A Maçonaria nada tem de conflitante ou inconciliável (como sustentam seus críticos) com o Cristianismo ou qualquer outra religião – representada esta pelas confissões existentes no mundo. Ela oficialmente estimula seus membros a seguirem suas religiões e a cultivarem sua espiritualidade. Essa posição está oficial, legítima e claramente documentada na Ordem. Os críticos da Maçonaria, por outro lado, em momento algum têm levantado e contestado posições maçônicas com base em qualquer documento oficial da Ordem. A Maçonaria sustenta, oficialmente, não ser uma religião.

A palavra Maçonaria, derivada de maçom, é um galicismo. Resulta da língua francesa, “maçom”, significando pedreiro ou genericamente construtor civil, como usualmente é conceituado no Brasil. A escolha desse nome nada tem de acidental. A Maçonaria está umbilicalmente ligada à arte da construção. Os maçons do Século XVIII, quando surgiu de forma institucionalizada a Maçonaria, podem ser considerados herdeiros diretos das associações de ofício, dos construtores das catedrais, palácios e fortificações que se perdem na origem dos tempos, mas que ganharam notoriedade na Idade Média.

Como qualquer outra organização humana, a Maçonaria tem suas leis, códigos e princípios, universalmente observados, respeitados pelas Obediências e Lojas. A respeito da religião ou das religiões, a Maçonaria tem legítima

e oficialmente se manifestado em várias oportunidades. A primeira vez ocorreu quando a Ordem dos Maçons Antigos e Aceitos publicou a primeira edição da sua Carta Magna, em Londres, em 1723.

Na introdução, o documento descreve o nascimento das artes (ou ciências) da construção, remetendo às origens do homem na Terra, em Adão. Cada maçom, na perspectiva histórica do texto constitucional, é associado ao construtor, um edificador. Disserta sobre a evolução da arte de construir, detendo especial atenção ao Templo construído por Salomão, ajudado por muitos construtores e arquitetos, dedicados ao Culto ao Criador, conforme o relato bíblico. O mesmo histórico não deixa de descrever o papel de Noé, verdadeiro paradigma da Arte de Construir, de forma organizada e criativa, também baseado no que está descrito nas Escrituras Sagradas. O propósito básico dessa parte introdutória das “Constituições de Anderson” é o de estabelecer uma trajetória construtivista, plantada pelo Criador no coração e mente do homem desde o Éden.

O maçom, de acordo com a Fraternidade hoje estabelecida, é antes de tudo um “Construtor”, laborando continuamente na Terra a magnífica Obra iniciada e sustentada pelo Criador – a quem denomina Grande Arquiteto do Universo.

Na sua segunda parte, a norma constitucional estabelece os compromissos, direitos e deveres daqueles que pertencem à nova “Fraternidade dos Maçons”. São as chamadas *Old Charges* – Antigas Obrigações, pois que nada mais são que compilações de antigos documentos prescrevendo

comportamentos aos maçons de épocas primitivas, principalmente da região britânica.

No seu primeiro enunciado, concernente a Deus e à Religião, a Constituição de Anderson proclama, logo no preâmbulo, a posição oficial da Ordem:

Sobre Deus e Religião:

Um Maçom é obrigado, por dever de ofício, a obedecer a Lei Moral; e se ele compreende corretamente a Arte, nunca será um estúpido ateu nem um libertino irreligioso. Muito embora em tempos antigos os Maçons fossem obrigados em cada país a adotar a religião daquele país ou nação, qualquer que ela fosse, hoje pensa-se mais acertado somente obrigá-los a adotar aquela religião com a qual todos os homens concordam, guardando suas opiniões particulares para si próprio, isto é, serem homens bons e leais, ou homens de honra e honestidade, qualquer que seja a denominação ou convicção que os possam distinguir; por isso a Maçonaria se torna um centro da união e um meio de conciliar uma verdadeira amizade entre pessoas que de outra forma permaneceriam em perpétua distância.

Seguindo uma linha defendida pelos pensadores de então que, reconhecidamente, aceitavam o valor de cada religião em particular (a grande maioria que na Europa era composta por católicos e seguidores das diversas correntes acatólicas), os codificadores da Maçonaria se equidistanciaram de qualquer confissão religiosa, deixando a cada indivíduo aceito na Ordem as posições seguidas

em sua própria religião. Embora não comprometida com qualquer religião, a Maçonaria sempre concordou em contar em seu seio com pessoas seguidoras das diferentes religiões, orientando a todos o princípio da tolerância e desviando do seu seio qualquer discussão sobre matéria religiosa confessional.

Assim, a Maçonaria exige de todos os seus membros a crença em um Ser Supremo e a fé na vida após a morte. Não existe um deus maçônico. Por outro lado, a Maçonaria não requer de seus membros a definição teológica do “Deus” de sua fé. A Maçonaria deixa a cada um a definição do Deus de sua prática religiosa. As orações proferidas por cada um são feitas de acordo com a sua concepção e consciência.

Portanto, a Maçonaria oficialmente declara a existência de um ser Supremo, Criador de todas as coisas e coerente com o arquétipo representado por cada maçom, isto é, o de um construtor, o denominado Grande Arquiteto do Universo, ou ainda Grande Geômetra, pois sustenta que não há construção que não tenha obedecido à vontade do seu arquiteto. Assim, a grande construção do universo em que vivemos é para os maçons uma obra criada e sustentada pelo Grande Arquiteto do Universo. Mas a idealização divina, oficialmente, não vai além da Maçonaria: É um Ser Supremo, Criador de todas as coisas. Para os maçons ocidentais, nascidos e criados sob a cultura judaico-cristã, o Grande Arquiteto do Universo citado é imediatamente associado ao Deus revelado pela Bíblia e tantas vezes citado nos rituais maçônicos e cujo primeiro Templo de Culto, o

Templo de Jerusalém (edificado por Salomão), é base de todas as alegorias e base ético-moral sobre a qual se assenta a grande maioria dos ensinamentos da Ordem.

De tal modo, ainda que oficialmente a Ordem não emita conceitos teológicos de Deus, seus ritos e seus ensinamentos morais se reportam concretamente e frequentemente ao Deus revelado na Bíblia. Essa afirmação é encontrada especialmente nos ritos, ditos regulares, principalmente o de “Emulação” e “Escocês Antigo e Aceito”, praticados pela imensa maioria das lojas maçônicas do planeta.

Na Constituição de Anderson, um maçom é obrigado, por sua condição, a obedecer à Lei Moral; e se compreende bem a Arte, nunca será um estúpido ateu, nem um libertino irreligioso.

Nos *Landmarks*, em especial no de nº 19, estabeleceu-se que: “A negação da crença no Grande Arquiteto do Universo” é impedimento absoluto e insuperável para a iniciação.

Quando se reporta sobre a Pessoa de Cristo, a Maçonaria não apresenta nenhuma definição sobre a pessoa de Jesus. Reconhece, entretanto, que o Sermão da Montanha é referência universal de valores morais, pregados pelos maçons e citados nos rituais, notadamente, no Rito Escocês Antigo e Aceito. No linguajar corrente entre maçons em loja, a pessoa de Cristo tem sido consagrada e muitas vezes citada como o “Mestre dos Mestres”, um líder por excelência, um paradigma da construção, embora nenhuma menção a respeito da pessoa de Cristo seja feita nos rituais do simbolismo da Maçonaria. O Evangelho de Cristo é referência, paradigma moral e ético constante explicitamente ou

implicitamente nos ensinamentos da ordem maçônica. Ele surge em muitas instruções registradas nos Rituais.

Não sendo uma religião, a Maçonaria abriga adeptos de todas as religiões monoteístas que aceitam e creem em Deus, o Grande Arquiteto do Universo, como ficou demonstrado.

A Maçonaria respeita, portanto, todas as confissões religiosas representadas por membros que as confessam individualmente e não enumera a salvação de almas em suas considerações. O termo é completamente estranho aos seus ensinamentos. Não se fala nem em salvação e também em salvador.

Alencar anota que a Maçonaria está isenta dos elementos fundamentais de toda religião. Não tem dogmas nem teologia (pela proibição de toda discussão religiosa, não permite que se desenvolva uma dogmática). Não propõe sacramentos. Não tem a pretensão de conduzir à salvação pelos trabalhos, ensinamentos secretos (gnose), ou outros meios (ALENCAR, 1968, p. 219).

Na Maçonaria, apesar de existirem ritos de juramento, relacionados ao batismo, ao casamento e ao sepultamento, eles não despertam nenhum caráter religioso.

O maçom presta solene juramento, ou compromisso, com a Maçonaria no ato de sua recepção oficial na Ordem. Este é o clímax do cerimonial de iniciação e por ele o novo membro se compromete a ser fiel à Maçonaria, aos líderes de sua loja, às autoridades maçônicas (leis, regulamentos, Constituição, Obediência) e não revelar a ninguém, fora da Fraternidade, os ensinamentos a que tiver acesso. Esse compromisso é estendido aos ditos “segredos maçônicos”,

isto é, os sinais, toques e palavras, através dos quais os maçons podem mutuamente ser reconhecidos. Qualquer pessoa está sujeita a prestar juramento, ou solene compromisso, toda vez que adentrar em alguma sociedade ou grupo de pessoas. O novo médico presta o solene juramento de Hipócrates quando ascende ao posto máximo da sua grei profissional. O advogado promete manter, defender e cumprir os princípios e finalidades da Ordem dos Advogados do Brasil, exercer com dedicação e ética as atribuições que lhe forem delegadas e pugnar pela dignidade, independência, prerrogativas e valorização da advocacia. Todas as pessoas prestam juramento à Pátria, representada pelo Pavilhão Nacional, no momento em que concluem o serviço militar temporário. O noivo promete, solenemente, fidelidade à sua noiva na presença de várias testemunhas, na cerimônia do seu casamento. Naquele momento, os dois constituem uma nova organização: a família. E assim por diante. O ato de prestar um juramento, comprometendo-se a respeitar as leis, valores, autoridades e princípios nada tem de religioso. É, antes de tudo, um testemunho da livre disposição da consciência de cada um.

O rito incorretamente denominado “batismo”, na Maçonaria, referia-se à tradicional cerimônia chamada de “Adoção de *Lowtons*” nas obediências regulares brasileiras. Tratava-se do momento em que os maçons acolhiam, segundo o rito específico, menores entre 7 e 14 anos, que passavam a merecer a proteção e auxílio dos membros da loja que os acolhia. Normalmente, eram aceitos como *Lowtons* filhos e netos de maçons. Não se tratava de cerimonial reli-

gioso, a despeito de alguns, impropriamente, chamarem de “batismo”. Oficialmente, nenhuma potência maçônica brasileira usava essa denominação. A solenidade nada tinha de assemelhado com o batismo cristão.

Na atualidade, essa modalidade de acolhimento de crianças, adolescentes e jovens evoluiu bastante com a criação da Ação Paramaçônica Juvenil (APJ), pela Lei nº. 02, de 15 de abril de 1983, do Grande Oriente do Brasil, visando envolver a família maçônica em uma atividade cívica e patriótica, para resgatar em nossos jovens a autoestima, a união e a cidadania.

De igual forma, a cerimônia tradicional entre os maçons ligada ao matrimônio é atualmente denominada “Consagração Matrimonial”. Não se trata de uma solenidade religiosa, nem cívica, conforme normalmente se considera. Não é tampouco uma solenidade substitutiva daquelas que normalmente ocorrem num templo religioso. Nesta solenidade, evocando os valores da família, sempre exaltados pela Maçonaria, os cônjuges – normalmente já casados – se comprometem perante os membros da loja e demais maçons de outras lojas, a manterem firmes e constantes os vínculos que livremente resolveram celebrar. A Maçonaria lembra o dever de cada um, bem como das suas responsabilidades na condução da família, célula essencial da sociedade.

O cerimonial nada tem de religioso, é uma solenidade fraterna e humanitária muito usual entre maçons. É, antes de tudo, uma afirmação da Maçonaria aos valores éticos e morais de uma sociedade formada por famílias solidamente constituídas.

Quanto ao sepultamento, na Maçonaria existe a prática de se homenagear a memória de um irmão morto com o cerimonial denominado no Brasil de “Pompas Fúnebres”.

Todas as solenidades maçônicas obedecem a um ritual, e nele são emitidos conceitos diversos sobre significados morais e espirituais. No caso do sepultamento, o ritual relembra o princípio da vida após a morte – parte da crença exigida a todo o maçom. Esse valor, e tão somente esse, é lembrado no cerimonial realizado na Loja, ou no cemitério ou a posteriori, em sessão específica na Loja a qual o falecido era filiado. Não se trata de cerimonial religioso, embora no Brasil alguns o associem ao cerimonial *post mortem* celebrado nas igrejas católicas. Os maçons não consideram oficialmente as “Pompas Fúnebres” como um ato religioso, mas humanístico e fraterno – representando, simbolicamente, a ruptura da grande “corrente fraternal” pela perda de um dos seus elos.

Com respeito à influência esotérica e ocultista, à influência “iluminista”, “liberal”, “científica”, “filosófico-materialista”, “marxista” etc., os maçons são levados a compreender e conhecer todas as linhas de pensamento existentes em torno de si, sem o que não podem assumir seu papel construtivista. No seu nascedouro, no século XVIII, a Maçonaria Moderna assimilou a cultura judaico-cristã, mas também soube conhecer e respeitar a revolução científica em curso, com Newton, Halley e Hooke, como também as investigações e pensamentos dos alquimistas, hermetistas, antiquários e astrólogos, de E. Ashmole, Fludd, Paracelsus e outros que invadiram as comunidades de intelectuais e as

lojas maçônicas. A Maçonaria, respeitando as diversas correntes de pensamento e colocando-se, em realidade, como uma escola livre, de moral e de aperfeiçoamento humano, jamais limitou caminhos dos maçons em direção à livre investigação da verdade, tão somente abrindo aos seus membros o acesso às diversas correntes de pensamento, fossem elas esotéricas ou quaisquer outras.

Hoje, ao lado de reconhecer o pensamento iluminista, as correntes liberais-humanistas, as doutrinas socialistas e outras do universo de linhas filosóficas no mundo, a Maçonaria deixa aos seus membros a liberdade de buscar seus próprios caminhos, nada impondo a ninguém. Se alguém entende que nos rituais são feitos apelos ao ocultismo ou ao esoterismo, também se veiculam na Maçonaria estudos de temas ligados à preservação ambiental (ecologia), ética nas relações comerciais e trabalhistas, medicina alternativa, o movimento da globalização, as novas religiões comparadas, os terrorismos de origem religiosa, os preconceitos de várias ordens, os movimentos fundamentalistas. Todos são temas de um currículo voltado à boa formação dos seus membros, em permanente busca de conhecer melhor o mundo em que vivem.

Conclui-se, portanto, que não existe influência esotérica e ocultista nos regulamentos e, muito menos, na prática das lojas maçônicas.

Para a Maçonaria regular, a Bíblia representa o livro da “Santa Lei”. Nas lojas do ocidente, principalmente as que praticam o rito Escocês Antigo e Aceito, a Bíblia é o livro aberto em todas as sessões maçônicas.

No Brasil, de maioria católica, todas as obediências adotam a Bíblia (Novo e Velho Testamento) como o Livro da Lei, tolerando que algumas poucas lojas com predominância de judeus usem a Torah, a Lei Judaica ou o Velho Testamento.

Todos os maçons fazem seus juramentos (compromissos) com as mãos postas sobre a Bíblia. Nenhuma loja maçônica estará regularmente em funcionamento se o “Livro da Lei” não estiver aberto e sobre ele colocados o esquadro e o compasso.

A Grande Loja Unida da Inglaterra expediu documentos em 4 de setembro de 1929, sob o título: Princípios básicos para toda Grande Loja Regular, estabelecendo o termo de referência através do qual passaria a reconhecer como regulares as Grandes Lojas espalhadas pelo mundo. No enunciado de nº 3, proclama o seguinte:

Que todos os iniciados prestem seus juramentos, a vista do Livro da Lei Sagrada, simbolizando a revelação do Alto que atinge a consciência do indivíduo em particular que está sendo iniciado.

Esse enunciado da Grande Loja Unida da Inglaterra encerra algumas verdades importantes: primeiramente, o princípio maçônico de vincular o juramento a uma tomada de posição do novo membro, frente à sua fé religiosa particular e individual.

Além disso, a Grande Loja Unida da Inglaterra reconhece, no caso dos cristãos (como também no de outras

religiões), que o novo membro tem o Livro da Lei Sagrada como o portador da Vontade Revelada do Deus de sua fé. Esta é a posição oficial que maçons, cristãos e judeus têm em loja quando diante do Livro da Lei.

Para o cristão maçom, a Bíblia aberta em loja em nada difere, no seu significado e valor, da Bíblia que maneja quando está no culto em sua igreja: é a Palavra de Deus revelada.

## A CONTROVÉRSIA IGREJA X MAÇONARIA

Igreja e Maçonaria é um tema de discussão secular. As relações entre a Igreja Católica Apostólica Romana e a Maçonaria nunca foram amistosas, embora, em alguns momentos da História da Humanidade, tenhamos observado avanços e retrocessos no relacionamento entre católicos e maçons. Houve época em que os padres católicos frequentavam as lojas maçônicas e alguns deles ficaram célebres, como é o caso do abade Jean Marie Gallot, beatificado em 1955 pelo papa Pio XII, segundo Marius Lepage, baseado nos arquivos maçônicos da Loja Maçônica de Laval, na França.

Foi em Londres, em 24 de junho de 1717, que se formou a primeira Grande Loja Maçônica do mundo. Exatamente na Inglaterra, berço do Protestantismo, onde o rei Henrique VIII erguera-se contra o Vaticano, fundando a Igreja Anglicana. Por esse motivo, boa parte dos maçons aceitos era protestante, e, quando em 1723 foi promulgada a 1ª Constituição Maçônica (a Constituição de Anderson), a Maçonaria passou a conceder a seus integrantes liberdade de

culto, exigindo apenas a crença em um Deus único: o Grande Arquiteto do Universo.

A reação da Igreja Católica contra essa liberalidade demorou quinze anos, até que o papa Clemente XII, na sua bula *In eminenti*, de 28 de abril de 1738, acusou os maçons de heresia e ameaçou os fiéis que se aproximassem da Ordem com a excomunhão, uma pena gravíssima para os católicos.

Nos países em que predominava o catolicismo, como Itália, França, Espanha, Polônia e Portugal, os maçons foram perseguidos pela Inquisição e muitos deles torturados até à morte, porém mesmo enfrentando a ira do Santo Ofício e do dogmatismo clerical, a Maçonaria colocou-se na vanguarda do renascimento cultural e científico e na luta por grandes reformas sociais.

Diante dessa realidade, os maçons não tiveram outra alternativa senão agirem secretamente, reunindo-se nos desertos pátios de igrejas, até à meia-noite. A chama dos ideais libertários e progressistas defendidos pela franco-maçonaria, (como passou a ser denominada a Ordem, na Europa Latina), não deixou de influenciar episódios como a Revolução Francesa, a Independência dos Estados Unidos e de muitos países da América do Sul.

Mesmo com a transformação social verificada em muitas partes do mundo, continuava o atraso no relacionamento entre a Igreja e a Maçonaria, agora, aguçado ainda mais com a Encíclica *Syllabus*, publicada logo no início do pontificado de Pio IX, que condenou as sociedades secretas, a Maçonaria e o comunismo. No Brasil, a situação não foi

diferente. Durante o processo da independência e no decorrer do Império, o prestígio da Maçonaria era muito claro, aumentando a sua presença na estrutura do poder. As maiores figuras do regime, com raras exceções, pertenciam aos seus quadros. No dia a dia do governo e nas decisões administrativas, como nomeações de funcionários ou alocação de recursos orçamentários, a Maçonaria era um canal de influência e de mediação, paralelo e por vezes superior aos partidos políticos. Essa atuação da Maçonaria colidiu com a atuação da Igreja Católica, também muito influente no período imperial.

Em 1871, o Vaticano impôs regras rígidas de doutrina e de culto, e condenou as sociedades secretas. Os bispos brasileiros, acatando as novas diretrizes, determinaram a expulsão dos maçons das irmandades católicas e passaram a exigir mais disciplina moral e canônica do clero.

O conflito foi inevitável. Se a Maçonaria tinha o poder político, a Igreja tinha a autoridade e presença religiosa, fortalecidas pela condição privilegiada do catolicismo como religião oficial do Império. O conflito da Igreja com a Maçonaria, no Brasil, começou em 1872, quando o padre Almeida Martins foi suspenso de suas funções no Rio de Janeiro por causa de um discurso em uma Loja Maçônica. A reação da Maçonaria, condenando a decisão, espalhou-se pelo país. Mas, logo em seguida, os bispos de Olinda e de Belém do Pará, Dom Vital e Dom Macedo Costa, tomaram atitudes semelhantes, mandando fechar as irmandades que ainda aceitavam membros maçons. Os bispos foram então processados pela justiça, convocados ao Rio

de Janeiro e condenados a quatro anos de prisão. Depois da suspensão das punições eclesiásticas aplicadas aos maçons, a pena dos bispos foi reduzida, e eles, anistiados. Esse conflito abalou as relações entre o Império e a Igreja e contribuiu para enfraquecer a Monarquia. A partir da proclamação da República, em 1889, passou a vigorar a separação entre a Igreja e o Estado, que deixou de ter uma religião oficial.

A história da Igreja Católica, no Brasil, e o seu relacionamento com a Maçonaria, reflete com traços peculiares a própria história da Igreja no mundo. No Brasil, com a República, a Igreja abandonava pouco a pouco a estrutura do poder e os hábitos do período colonial.

Depois, veio a ameaça dos protestantes e dos comunistas iniciados nas lojas maçônicas, despertando certa agressividade apostólica.

A distensão nesse relacionamento pouco amistoso teve início com os avanços do Concílio Vaticano II, quando a Igreja Católica Apostólica Romana entrou no ciclo da modernização que a conduziu a rever valores consagrados por séculos de sua experiência histórica.

A aproximação da Igreja com a Maçonaria a partir da segunda metade do século passado teve forte influência do papas João XXIII e Paulo VI que, inclusive, foram chamados de “Papas maçônicos”.

Um dos objetivos do Papa João XXIII, no Concílio Ecu-  
mênico, foi o de reformular a Igreja Católica e reaproximar os cristãos separados, procurando destruir equívocos e aclarar as zonas de isolamentos.

O Concílio foi um dos acontecimentos mais importantes da História Contemporânea. Todos os olhos voltavam-se para Roma, acompanhando através dos jornais e das revistas os resultados das assembleias e das conquistas das alas mais progressistas da Igreja, com o lançamento das bases de uma verdadeira justiça social, que pudesse proteger os grupos vulneráveis e as pessoas excluídas da sociedade.

Dos representantes da imprensa católica brasileira presentes no Conclave, um dos que mais se destacou foi o Monsenhor Luciano José Cabral Duarte, um pensador sergipano, que fez a cobertura do Concílio para a revista O Cruzeiro, do Rio de Janeiro, que, à época, era o veículo da imprensa escrita brasileira de maior circulação no país.

Nas páginas jornalísticas, escritas com esmero e erudição, o então Monsenhor Luciano Duarte fez a cobertura de todas as assembleias conciliares, tanto aquela presidida pelo Papa João XXIII, como a que fora dirigida pelo Papa Paulo VI. Nas suas crônicas, deparamo-nos com as metas e a linha pastoral de Paulo VI, entre elas, os objetivos do Concílio que ele resumiu em quatro pontos: a) o conhecimento e a consciência da Igreja; b) reforma da Igreja; c) a recomposição de todos os cristãos na unidade; e d) o diálogo da Igreja com o mundo contemporâneo.

Na linha dos objetivos da nova Igreja estava a inserção da Maçonaria, que se somaria na luta dos católicos contra a desigualdade social. Este fato se constituiu numa grande alegria no mundo maçônico brasileiro, composto de muitos obreiros católicos, que passaram a ter uma coexistência pacífica com a sua própria Igreja.

Em Aracaju, especialmente, a Loja Simbólica Cotinguiba deu um passo gigantesco para a ruptura da cisma com a Igreja Católica, ao ser incentivada pelo seu mais destacado integrante, o Dr. Marcos Ferreira de Jesus, no sentido de que se convidasse Dom Luciano José Cabral Duarte, então eleito Bispo Auxiliar de Aracaju, para uma conferência no Templo da Loja, sobre as suas experiências no Concílio Vaticano II. A essa iniciativa somaram-se os maçons Carlos Teles Satler, Arivaldo Prata, José Francisco da Rocha e Cícero Menezes.

O convite fora então transmitido ao ilustre prelado, que o aceitou na condição de ser autorizado pelo Arcebispo Metropolitano de Aracaju, D. José Vicente Távora. Este, por sua vez, ponderou que iria consultar um escalão superior da Igreja, sobre a possibilidade de um Bispo católico comparecer a uma Loja Maçônica. Entre a consulta e a resposta passaram-se mais de três anos, até que D. Luciano Duarte recebeu uma correspondência do Núncio Apostólico, D. Sebastião Baggio, dizendo-lhe que: “Pessoalmente julgo que não há nenhum inconveniente em que o senhor aceite o convite que lhe foi feito”. Para Dom Luciano Duarte estava dada a autorização.

Iniciava-se, assim, em Sergipe, o primeiro debate entre as relações da Igreja com a Maçonaria, e este auspicioso momento aconteceu no dia 29 de maio de 1968, quando a Loja Simbólica Cotinguiba abriu as portas do seu secular Templo para que Dom Luciano Duarte proferisse a sua conferência, com o título: Maçonaria – Catolicismo, com as bênçãos do Grande Arquiteto do Universo. Prestigiaram o

evento o Governador do estado, Dr. Lourival Baptista; o Vice-Governador, Dr. Manoel Cabral Machado; o Prefeito de Aracaju, Professor José Aloísio de Campos; o Comandante do 28º Batalhão de Caçadores, Coronel Ítalo Diogo Tavares; o Capitão dos Portos, Comandante Macedo Guimarães; Secretários de Estado, autoridades civis, militares e eclesiásticas, e dignatários da Maçonaria. O Templo da Loja estava repleto de maçons e de convidados especiais, que ficaram impressionados com as palavras do conferencista, que abordou o tema com muita desenvoltura, discorrendo sobre a questão das bulas papais contra a Maçonaria (NASCI-MENTO, 2000, p. 123-142).

O conferencista apresentou as inovações e as reformas substanciais adotadas e ordenadas pela Igreja Católica a todos os seus membros espalhados pelo mundo; questões sérias sobre o exercício sacerdotal, a nova composição ritual das missas, o idioma litúrgico, as composições internas das igrejas, a abolição de batinas e chapéus sacerdotais para os padres que preferissem vestir-se como qualquer civil; a abolição da indumentária das freiras; a redução prática do processo canônico para anulação de casamentos religiosos; as comunhões que não obrigariam mais o recebimento da hóstia pelo fiel ajoelhado; a dispensa da confissão prévia para esse ato de páscoa; as novas atividades esportivas e festivas nas igrejas, com os padres das paróquias confraternizando com os jovens, e uma série de muitas outras inovações, resultantes de dois Concílios ecumênicos, que a Igreja adotou através de ordens da Santa Sé, ajustando-se à evolução do mundo atual.

A partir daí, a Loja Cotinguiba e a Arquidiocese de Aracaju desenvolveram uma grande parceria em benefício da população pobre, adquirindo, conjuntamente, uma fazenda no interior do estado, para a implantação dos primeiros projetos de assentamento de trabalhadores rurais sem terras, que foi denominada de Fazenda Reconciliação, no município de Divina Pastora, em homenagem àquele momento vivido entre a Maçonaria e a Igreja Católica, graças à lúcida intervenção de Dom Luciano José Cabral Duarte.



### **O PARADIGMA EDUCACIONAL, PEDAGÓGICO E MORAL DA MAÇONARIA**

A Maçonaria, síntese da Fé, da Arte e da Ciência, tem uma moral que é a moral da perfeição humana, a qual ensina que o homem é partícula do grande corpo que é a humanidade e, por isso, não deve ser egoísta, odiento, intolerante ou sanguinário.

A moral ensina a moderar as paixões, a cultivar as virtudes, a reprimir os vícios. É uma planta cujas raízes estão no céu, cujos frutos e flores embelezam e embalsamam a terra.

A Maçonaria entende a Moral como ciência dos costumes e dos deveres que provêm dessas relações.

É ela que dá o verdadeiro conhecimento que deve exaltar os seres inteligentes que desejam viver felizes em sociedade e, por isso, três são os seus fundamentos:

- I A noção do bem e do mal;
- II A ideia do dever, ou a obrigação de fazer o bem e evitar o mal;

III O conhecimento do mérito e demérito, ou seja: a firme crença de que o que faz o bem merece recompensa, e o que faz o mal é merecedor de corretivo.

O primeiro destes princípios corresponde à filosofia, o segundo, à política, e o terceiro, à religião.

A pedra de toque de uma religião, filosofia ou sistema político está na quantidade de luz que tenham sabido infundir na alma humana; está na proporção em que tenham conseguido tornar melhor o homem.

Como nenhuma “ciência” é, nem pode ser mais do que o fruto da experiência, a moral universal deve estar de acordo com a natureza do homem, fundar-se sobre sua essência, ou as qualidades espirituais que falam em todos os seres de sua espécie. Assim, entende a Maçonaria que Moral e Religião são coisas distintas. Aquela, afeta a conduta do homem com os seus semelhantes; esta, fala da crença pessoal ou relação com o incognoscível.

A lei primordial da Maçonaria é a tolerância, ela inscreveu solenemente na sua Constituição geral o respeito a todas as crenças, a todas as ideias e a todas as opiniões.

Não impõe aos seus membros nenhum dogma, e não os faz passar sob forças caudilhas. Não lhes pede senão boa vontade na livre procura das verdades científicas, morais, políticas e sociais, e zelo na propaganda dessas virtudes.

Declara que o verdadeiro culto ao Grande Arquiteto do Universo consiste nos bons costumes e na prática do bem, pelo amor do próprio bem.

Aconselha a conservar sempre a alma em estado de pureza para o comparecimento ao “Tribunal da Consciência”.

Manda estimar os bons, lastimar os fracos, fugir dos maus, irrecuperáveis, mas sem odiar a ninguém.

Proclama que se fale sadiamente com os grandes, prudentemente com os iguais, sinceramente com os amigos, delicadamente com os pequenos e ternamente com os pobres.

Afirma que a lisonja é uma traição, porque corrompe o semelhante. Indica que é bom evitar as questões, prevenir os insultos, ficando sempre ao lado da razão.

Recomenda o respeito às mulheres.

Esta moral mais se aviva na consagração dos seus graus.

- O 1º grau é consagrado ao desenvolvimento dos princípios fundamentais da Maçonaria e ao ensino de suas leis e usos; encerra-se tudo nestas três palavras: Deus, Beneficência e Fraternidade.
- O 2º é consagrado à direção da sociedade, à felicidade possível por meio do trabalho, da virtude e das ciências que lhe são recomendadas.
- O 3º é consagrado ao pundonor inflexível que não transige com o dever, e aos grandes homens que se sacrificam pelo bem e segurança pública.
- O 4º é consagrado à discrição do sábio e à vigilância do bom obreiro.
- O 5º é consagrado à perfeição do espírito e do coração, a todas as grandes verdades e a todos os conhecimentos úteis, enumerados sobre a pedra cúbica.

- O 6º é ao mesmo tempo consagrado à necessidade de aprender, que produziu descobertas preciosas, e aos perigos de uma vã curiosidade.
- O 7º é consagrado à equidade severa com que devemos julgar nossas ações.
- O 8º é consagrado ao espírito de ordem e de análise.
- O 9º é consagrado ao zelo virtuoso, ao talento esclarecido que, por bons exemplos e generosos esforços, vingam a verdade e a virtude contra o erro e o vício.
- O grau 10 é consagrado à extinção de todas as paixões e de todas as inclinações culpáveis.
- O grau 11 é consagrado à regeneração dos costumes, das ciências e das artes.
- O grau 12 é consagrado à coragem perseverante.
- O grau 13 é consagrado à memória dos primeiros instituidores da Ordem, os Magos, os Pontífices de Misraim e de Jerusalém.
- O grau 14 é consagrado especialmente ao Grande Arquiteto do Universo, debaixo do símbolo sagrado – Delta.
- O grau 15 é consagrado aos heróis libertadores da sua pátria.
- O grau 16 é consagrado ao jubileu do triunfo maçônico.
- O grau 17 é consagrado ao desenvolvimento das vantagens da Maçonaria.
- O grau 18 é consagrado ao triunfo da Luz sobre as Trevas, isto é, ao Culto Evangélico.

- O grau 19 é consagrado ao pontificado da religião universal e regeneradora.
- O grau 20 é consagrado aos deveres dos Chefes das Lojas Maçônicas.
- O grau 21 é consagrado aos perigos da ambição e ao arrependimento sincero.
- O grau 22 é consagrado à glória da antiga Cavalaria propagadora dos sentimentos nobres e generosos; ao sacrifício pela Ordem.
- O grau 23 é consagrado à ativa vigilância dos conservadores da Ordem.
- O grau 24 é consagrado à conservação das doutrinas maçônicas.
- O grau 25 é consagrado à emulação que produziu planos úteis.
- O grau 26 é consagrado à estima e à recompensa devida ao gênio.
- O grau 27 é consagrado à superioridade e à independência que dão os talentos e a virtude.
- O grau 28 é consagrado à virtude, sobretudo no que interessa à felicidade dos homens.
- O grau 29 é consagrado à antiga Maçonaria da Escócia.
- O grau 30 é consagrado ao fim mesmo da Maçonaria em todos os seus graus.
- O grau 31 é consagrado à alta justiça da Ordem.
- O grau 32 é consagrado ao comando militar da Ordem.
- O grau 33 é consagrado à administração suprema do Rito.

O comando militar da Ordem a que se refere o grau 32 nada tem que ver com a significação militar de soldado, exército, polícia. Militar está ali empregado no sentido civil de militância, de pertencente a uma coletividade operativa no campo civil da sociedade.

Todo iniciado aprende que a Maçonaria põe o ideal acima do homem e a humanidade acima do indivíduo, e que ela tem vivido, através da história dos povos e das civilizações, edificando a liberdade, dirimindo os conflitos, abatendo as castas, derribando as tiranias, aproximando os povos.

É por isso que afirmam os seus rituais: a Maçonaria não é um simples agrupamento de auxílio mútuo e de caridade. Tem responsabilidade e deveres para com a sociedade e para com a humanidade.

Nela se trabalha para acostumar o espírito a curvar-se às grandes afeições e a não conceber senão ideias sólidas de virtude, porque é só regulando os costumes pelos princípios eternos da moral que poderemos dar à nossa alma esse equilíbrio de força e de sensibilidade que constitui a sabedoria, ou antes, a ciência da vida.

Para um homem ser um bom maçom, é preciso morrer para o vício, para os erros e para os preconceitos vulgares, e nascer de novo para a virtude, para a honra e para a sabedoria.

O maçom deve combater, além de suas paixões, outros inimigos da humanidade, como sejam: os hipócritas que enganam, os pérfidos que a degradam, os ambiciosos que a usurpam e os corruptos e sem princípios, que abusam da confiança das massas.

Assim, o que em um profano seria uma qualidade rara, não passa no maçom do cumprimento dos seus deveres. Toda ocasião que perde de ser útil é uma iniquidade, todo socorro que recusa é um perjúrio.

Esta é a moral maçônica, que em nada se antepõe à moral do cristianismo; moral que, bem aceita e bem praticada, fará a felicidade e o bem-estar da humanidade, pela perfeição de cada indivíduo; moral que tem por base a Lei do Amor. E o amor sublimiza a alma, vitaliza o corpo, produz o bem, constrói a paz, ameniza a dor e evita os sofrimentos. Pelo amor o homem eleva-se à união íntima com Deus. Eterniza-se. Vive no passado pelo reconhecimento, domina o presente pela prática do bem, conquista o futuro pelo seu exemplo.

A Lei do Amor é lei de progresso, porque harmoniza os povos, é lei de bondade, porque desperta a consciência, é lei de grandeza e de prosperidade, porque faz a união de todos por um só ideal.

A todos vence a magia da bondade, a tudo encanta a harmonia do amor; a criação toda se expande e o seu cântico se expande.

A lei social do Evangelho – ama o teu próximo como a ti mesmo – representa hoje revolução completa dos sistemas humanos, absurdo aparentemente irrealizável, mas é a meta suprema, a realidade do amanhã. É a perfeição, é a lei de quem chegou e o sonho de quem está a caminho para chegar.

Dentro da simbologia dos números, em maravilhosa síntese de ética, Ezequiel Mendes aponta aos seus “obreiros” a Trilogia do Bom Senso, assim concebida:

- Três coisas devem cultivar-se: a sabedoria, a bondade e a virtude.
- Três, devem ensinar-se: a verdade, o trabalho e o otimismo.
- Três, devem desenvolver-se: o valor, o cavalheirismo e o desinteresse.
- Para o homem ser um bom maçom, é preciso morrer para o vício, para os erros e para os preconceitos vulgares, e nascer de novo para a virtude, para a honra e para a sabedoria.
- Três coisas devem governar-se: o caráter, a língua e a conduta,
- Três, se devem apreciar: a cordialidade, a amizade e o bom-humor.
- Três, se devem defender: a Pátria, a honra e os amigos.
- Três, se devem respeitar: o lar, a mulher e a velhice.
- Três, se devem amar: a beleza, a natureza e a fraternidade.
- Três, se devem admirar: o talento, a dignidade e a benevolência,
- Três, se devem aborrecer: a crueldade, a insolência e a ingratidão,
- Três, se devem desprezar: a injúria, a embriaguez e a gula.
- Três, se devem perdoar: a ofensa, a inveja, e a petulância.
- Três, se devem imitar: a honestidade, a constância e a lealdade.

- Três, se devem combater: a mentira, a farsa e a calúnia.
- Três, se devem possuir: a cultura, a urbanidade e a honradez.
- Três, se devem praticar: a caridade, a justiça e a verdade.

A tudo isso, pois, é que a Maçonaria chama de moral, em que tem firmado os seus postulados através das culturas e do tempo (MENDES, 1972, p. 59/59).

Por tudo isso, vemos que a Maçonaria está atrelada à Educação e aos Direitos Humanos emergentes da sociedade atual.

Dentro dessa concepção, devemos entender que a Maçonaria é uma sociedade civil secular e de carácter universal, com um cunho moral e educacional, cujos membros cultivam os princípios da liberdade, democracia e igualdade, aperfeiçoamento intelectual e fraternidade, pugnando pela justiça social e humanidade. É uma associação iniciática, filosófica, educativa e filantrópica. Os maçons estruturam-se e reúnem-se em células autônomas, designadas por oficinas ou Lojas, como são mais conhecidas.

Enfim, é uma associação iniciática, que tem um aspecto externo e visível, consistente de seu cerimonial, doutrinas e símbolos, e outro aspecto interno, mental e espiritual, oculto sob as cerimônias, doutrinas e símbolos, e acessível só ao maçom que haja aprendido a usar sua imaginação espiritual e seja capaz de apreciar a realidade velada pelo símbolo externo.

O aprofundamento de uma investigação qualitativa sobre os seus objetivos, leva-nos a aprofundar a observações minuciosas e prolongadas, bem assim na análise de produtos escritos para estabelecermos os princípios da ordem maçônica, baseados na tolerância mútua, tendo por divisas a Liberdade, a Igualdade e Fraternidade, e por lema a Justiça, Verdade e Trabalho.

Temos, então, por princípio da Maçonaria, a Tolerância mútua, o respeito aos outros, a não imposição de dogmas, nem a exigência de subserviência espiritual, pelo que concede aos seus componentes amplo direito de pensar e de discutir livremente. A Maçonaria considera as concepções metafísicas como sendo do domínio exclusivo da apreciação individual dos seus membros, e não admite afirmações dogmáticas que não possam ser debatidas racionalmente.

Tem por divisa “Liberdade”, “Igualdade” e “Fraternidade”, e por lema, “Justiça”, “Verdade” e “Trabalho”. Os seus componentes devem esforçar-se para aprimorarem-se espiritualmente, devotarem-se à prática do Bem, sem ostentação, não por vaidade, e sim como imperioso dever de Solidariedade Humana. Auxiliar o próximo não é um favor e sim o cumprimento de um dever. O maçom trai o seu juramento, quando perde uma oportunidade de praticar o Bem. O que para muitos profanos é um ato meritório, para o maçom é um dever imperioso, sagrado.

**OS 150 ANOS DA LOJA SIMBÓLICA  
COTINGUIBA E A CONSTRUÇÃO DA  
MAÇONARIA EM SERGIPE**





A Maçonaria em Sergipe, devidamente regulamentada, nasceu em Aracaju com a fundação da Loja Simbólica Cotinguiba em 10 de novembro de 1872, sob os auspícios do Grande Oriente do Brasil. O ato da sua criação foi subscrito pelos irmãos Antônio de Carrascosa, Antônio Martins Almeida, Antônio Martins de Góes Fontes, Antônio Pedro Machado de Araújo, Benjamim Francisco Brandão, Bernardino Rodrigues de Almeida, Francisco José Martins Penna Júnior, João Manoel de Souza Pinto, José Narbone, Manoel da Cruz de Mello, Manuel Pereira Guimarães, Polydoro Pereira Gomes, Severiano Alexandrino da Silveira, Severiano Cardoso, Thomaz Narciso Ferreira e Tito Augusto de Andrade, que perpetuaram e imortalizaram nas nossas mentes a extraordinária iniciativa de sedimentarem nas terras aracajuanas os ensinamentos maçônicos, que clamam pela igualdade dos povos (NASCIMENTO, 2000, p. 21).

Estudiosos da Maçonaria apontam indícios dos primeiros núcleos maçônicos no Estado de Sergipe com a Loja Segredo e Amizade, em Aracaju, como anota Clodomir Silva (SILVA, 1920, p. 122) e, segundo Antônio Freitas, as Lojas Maçônicas: Harmonia, em Laranjeiras e Regeneração, em Neópolis (FREITAS, 2017, p. 59). Havia, também, as lojas Astrea e Camerino, em Aracaju (NASCIMENTO, 2000, p. 28). A história oral da instituição registra que estas duas lojas não prosperaram e que se fundiram, juntamente com a Loja Segredo e Amizade, à novel unidade maçônica, a Loja Simbólica Cotinguiba recém criada adotou o Rito Escocês Antigo e Aceito, seguindo a orientação do Grande Oriente do Brasil, que o praticava à época.

O Rito Escocês Antigo e Aceito, R.:E.:A.:A.: ou simplesmente Rito Escocês, é um dos ritos abraçados pela Maçonaria Brasileira, que conhece outros, como o Rito Adonhiramita, o Rito Brasileiro, o Rito Moderno, o Rito Schröder, Rito de York e o Rito Escocês Retificado – R.E.R. Um rito maçônico é um conjunto de especificações e preceitos utilizados para se praticar os rituais maçônicos. Eles descrevem a ritualística, procedimentos, listam os sinais, toques, palavras e demais instruções secretas ao público geral. Através dos ritos são transmitidos os ensinamentos aos obreiros, escalam as diversas etapas para o conhecimento das regras e do funcionamento das lojas. Esses ritos são divididos em graus e cada grau traz princípios e cerimônias próprias. O Rito Escocês tem trinta e três graus. Os trinta e três graus do rito são alcançados em diferentes corpos maçônicos. Os três primeiros graus nas Lojas Simbólicas: são os graus de Aprendiz, Companheiro e Mestre, que estão presentes em todos os ritos que são regulados pelos Grandes Orientes e Grandes Lojas. E os graus superiores ou altos graus, do quarto ao trigésimo terceiro, são alcançados nas Lojas de Perfeição, Capítulos e Areópagos, conselhos de Kadosh e Consistórios de Príncipes do Real Segredo, que são jurisdicionados aos Supremos Conselhos.

No geral, é um rito ecumênico, com a finalidade interreligiosa, semelhante ao sincretismo teísta, mas independente de religião. O Rito Escocês tem a sua base fundamental no Antigo Testamento e na lenda de Hiram, lenda estrutural da Maçonaria simbólica; julga-se que alguns dos ritos descritos eram praticados por outras ordens “secretas” ou “esotéricas”

existentes na França, como os Martinistas, os Illuminati e os Rosa-Cruz na Alemanha, e na Escócia como a resistência dos Templários que ainda preservavam a sua ordem.

Na sua forma institucional, a Loja Simbólica Cotinguiba estruturou-se conforme a Constituição do Grande Oriente do Brasil, ao proclamar no art. 1º da sua primeira Constituição os princípios norteadores da instituição, *in verbis*:

Art. 1º - A Maçonaria, instituição essencialmente caritativa e filantrópica, filosófica e progressista, tem por objecto a indagação da verdade, o estado da moral e a prática da solidariedade, trabalhando pelo melhoramento material e moral e pelo aperfeiçoamento intelectual e social da Humanidade.

Com o evoluir do tempo, essa Constituição recebeu emendas, ampliando os seus princípios, que prevalecem atualmente como normas obrigatórias.

Então, sob a égide do Grande Oriente do Brasil, a Loja Cotinguiba foi composta por empresários de diversos segmentos e de profissionais liberais, funcionários públicos e militares; logo assumiu um importante papel nos debates mais em voga, como os reflexos causados pela extenuante Guerra do Paraguai, que gerou forte impacto na economia do Brasil. Além disso, o governo brasileiro saiu bastante endividado, sobretudo com bancos ingleses, em decorrência dos empréstimos feitos para financiar o conflito.

Clodomir Silva, no seu insuperável Álbum de Sergipe, anota que a Loja Cotinguiba:

Funcionava até então em edifício particular, pelo motivo de ainda não haver terminado a construção do templo que se havia projetado em 1880 e iniciado em 1885, o que somente em 1895 se verificou (SILVA, 1920, p. 123).

Instalada definitivamente na Rua Santo Amaro, em um prédio com a fachada voltada para a nascente, seguindo o partido arquitetônico neoclássico e encimada com um frontão triangular e coruchéus, cumpriu as suas principais atividades na construção de uma sociedade livre e democrática, seguindo a normatização adotada pelo Poder Central, tornando-se mais um elo participante das grandes conquistas sociais do povo brasileiro.

Ao tempo da sua criação, irrompia a “Questão Religiosa”, desencadeada por Dom Vital Maria Gonçalves de Oliveira, então Bispo de Olinda, que denunciou a Maçonaria como herética e ordenou às irmandades religiosas que dispensassem os elementos maçônicos, o que refletiu uma grande fissura na hegemonia do pensamento católico arcajuano. Como se vê,

os embates travados, em torno dos temas religiosos, tiveram especial enfoque na Loja Cotinguiba, cujos membros não se descuidaram de analisar filosoficamente todos os aspectos que envolviam de um lado a Maçonaria e do outro, a Religião, em especial, a Católica Apostólica Romana, cultuada com bastante fervor na novel Capital da Província de Sergipe D’el Rey (NASCIMENTO, 2000, p. 25).

Paralelamente a essas discussões, anunciava-se em abril de 1874 que a novel loja conjugava esforços junto às coirmãs no trabalho da separação da Igreja do Estado, o que só aconteceu muitos anos depois.

Nesse sentido, bateram-se os antigos maçons da Cotinguiba contra documentos do Papa Pio IX, que renovava a condenação da Maçonaria, especialmente na *Encíclica Est Multa Luctuosa*, de 1873, e na carta *Exortae in esta Dictione*, de 1876, como ainda combateram a *Encíclica Humanum Genus*, do Papa Leão XIII, datada de 20 de abril de 1884, considerada a mais longa Encíclica contra a Maçonaria. Esta Encíclica denuncia ideias filosóficas e concepções morais opostas à doutrina católica, nomeadamente a franco-maçonaria.

Ao lado dessas demandas filosóficas e dos embates religiosos católicos e políticos, os maçons sergipanos não se descuidaram da ação litúrgica da Maçonaria, pelo que foram agraciados em 1º de outubro de 1880 com a elevação da Cotinguiba para Loja Capitular, onde ficou demonstrado o prestígio que já desfrutavam junto ao Supremo Conselho do Brasil para o Rito Escocês Antigo e Aceito e o Grande Oriente do Brasil. Muito embora esses avanços institucionais, a Loja Cotinguiba interrompeu os seus trabalhos em 27 de março de 1885, reabrindo-os em 3 de janeiro de 1890.

Mesmo considerando o adormecimento temporário das suas atividades regulamentares, imposto por vários motivos, os maçons sergipanos empenharam-se em movimentos sociais e cívicos da nação. Distinguiram-se na campanha abolicionista e debateram, com pioneirismo, a “Lei

Visconde do Rio Branco”, que declarava livre as crianças nascidas de escravas daí em diante, cujo trabalho só parou com a abolição da escravatura negra, a 13 de maio de 1888. Além disso, fortaleceram os troncos filantrópicos e colaboraram com bolsas beneficentes para alforrias de escravos.

A essas ações sociais da Maçonaria, seguiram-se outros movimentos cívicos, completados com a campanha republicana, que pretendia evitar um terceiro reinado no Brasil e colocar o país na mesma situação das demais nações centro e sul americanas; também contou com intenso trabalho maçônico de divulgação dos ideais da República nas Lojas e nos Clubes Republicanos, espalhados por todo o país.

A Loja Simbólica Cotinguiba era, no fim do Império, começo da República, único refúgio sergipano de liberais, resistência de uma elite que não deixava a liberdade de pensamento ser soterrada pela violência dos autoritários e dogmáticos. Ela enfrentava, por isso, muitas lutas, e era estigmatizada e perseguida pelo clero católico, principalmente.

Clodomir Silva, um dos mais notáveis historiadores de Sergipe, anota os impactos econômicos sofridos pela Loja Simbólica Cotinguiba no início da fase republicana, inclusive com a suspensão dos seus trabalhos entre 1905 a 1908 (SILVA, 1920, p. 123).

Passados esses momentos difíceis, ela retomou as suas atividades regulares e logo incentivou a criação da Liga Sergipense Contra o Analfabetismo, fundada a 24 de setembro de 1916, visando erradicar o analfabetismo em Sergipe, se-

guindo os passos da Liga de Defesa Nacional, movimento idealizado pelo maçom Olavo Bilac, e que vigorou entre 1915 e 1916.

Já em 15 de novembro de 1916, a Loja Simbólica Cotinguiba inaugurava a sua biblioteca com 1000 títulos de grande importância da literatura maçônica e da literatura brasileira, em comemoração aos 27 anos da Proclamação da República.

A Maçonaria sempre se preocupou em celebrar as datas cívicas, em especial, o Dia da Independência, a Proclamação da República e o Dia da Bandeira. Civismo e patriotismo são ideais constantes das lojas maçônicas, inseridos nos seus regulamentos, regimentos internos e em outras normas estatutárias, sempre exaltando e recomendando o culto à Pátria.

Ademais, a Loja Simbólica Cotinguiba, seguindo a sua linha iluminista, comemorou, na sessão do dia 6 de março de 1917, o centenário da Revolução Republicana de Pernambuco, que foi apoiada pela loja maçônica Areópago de Itambé, fonte de lutas contra a desigualdade social.

Depois, impactada com a *pandemia da gripe espanhola* que assolou Aracaju entre os anos de 1918 a 1919, como anota Clodomir Silva (SILVA, 1920, p. 123), os maçons sergipanos cessaram de bater os seus malhetes e partiram para o desempenho de um trabalho de assistência às pessoas infectadas pelo *vírus influenza*, sob a direção do Venerável José de Alencar Cardoso. Além disso, o amplo salão da Loja Cotinguiba serviu para agasalhamento dos pacientes. Ao Venerável Professor Zezinho Cardoso, como era mais co-

nhecido, esteve contribuindo com essa frente assistencial o Dr. Berilo Leite e diversos valorosos maçons. Momentos difíceis foram vividos por todos que se empenharam nesse atendimento sanitário, desde a Avenida Barão de Maruim até o Carro Quebrado, atual Rua General Chaves, no Bairro São José. Nessa área, “eles cuidaram de 885 pessoas doentes, das quais só faleceram 19” (NASCIMENTO, 2000, p. 31). Além da Maçonaria, outras instituições compartilharam com as ações governamentais no combate da epidemia, devendo-se destacar a Associação Comercial, Posto de Santo Antônio, a Cruz Vermelha, Hospital Santa Isabel, Quartel do 41º Batalhão de Caçadores, Fábrica Confiança, Fábrica Sergipe Industrial, Escola de Aprendizes Marinheiros, Quartel de Polícia, Cadeia Pública, Compagnie des Cheminists de Fer e Lazareto Público, como assinala Antônio Samarone de Santana (SANTANA, 2001, p. 155).

Diante dessas atividades, os obreiros da Loja Cotinguiaba foram homenageados pelo Presidente do Estado, General José Joaquim Pereira Lobo, em Mensagem do Governo, que reconheceu a abnegação dos maçons sergipanos no atendimento das vítimas da gripe espanhola.

Essas ações sociais fortaleceram o movimento maçônico e aumentaram as contribuições para o Tronco de Beneficência, que já circulava nas sessões, semanalmente, há mais de quarenta anos, contribuindo com Dispensário Contra a Sífilis e no atendimento de pessoas carentes de recursos econômicos nos serviços clínicos, dentários e oftalmológicos. Em vista desses relevantes serviços, o Grande Oriente do Brasil elevou a Loja à categoria de Benemérita

da Ordem Maçônica, pelo que ficou intitulada como: Augusta e Benemerita Loja Capitular Cotinguiba.

A Loja Cotinguiba não se descuidou das suas atividades culturais e dos seus trabalhos filosóficos, passando a reger-se pelo Rito Moderno a partir de 4 de janeiro 1918, deixando desta forma o Rito Escocês Antigo e Aceito, com que fora instalada. O Rito Moderno é um rito laico da maçonaria que abriga diversas formas de filosofias, como o “deísmo, panteísmo e o agnosticismo”, com grande difusão e prática no continente europeu, onde é conhecido usualmente por Rito Francês e também por Rito Francês Moderno.

Apesar dessas transformações ritualísticas no campo interno, os maçons não deixaram a militância na vida política do estado, nas letras, na magistratura, na advocacia e no magistério, devendo-se destacar os nomes de Antônio Manuel de Carvalho Neto, Manoel dos Passos de Oliveira Teles, José de Alencar Cardoso, Artur Fortes, Clodomir Silva, Epifânio Dória, Álvaro Fontes Silva, Leonardo Gomes de Carvalho Leite, Manuel Maurício Cardoso, entre outros de igual jaez.

O crescimento da Maçonaria em Sergipe exigiu a construção de um amplo edifício que comportasse o seu monumental Templo, bem como salões para a sua biblioteca e outros departamentos que pudessem suprir as necessidades daquela época.

Assim, empenharam-se os seus obreiros em construir o sobrado da Rua Santo Amaro, nº 171, no Centro de Aracaju. Ergueu-se, então, o palacete com dois pavimentos, obe-

decendo ao estilo neoclássico que teve o seu projeto e a sua construção dirigida pelo construtor e empresário Frederico Gentil. A fachada desse monumento é encimada pelo tradicional frontão triangular, sustentado por colunas toscanas. Sacadas centrais e laterais, no piso superior. No pavimento térreo, o frontispício é destacado pelas vergas em arco pleno, tanto da porta principal, como dos amplos janelões. A construção está com mais de um metro acima do nível do Rio Sergipe, então Cotinguiba, atendendo ao Código de Posturas do Município, que exigia o nível elevado das casas para evitar os alagamentos por ocasião do período chuvoso e um fácil escoamento das águas pluviais. No seu interior, destacam-se, no pavimento térreo, oito exuberantes colunas coríntias a sustentar o pavimento superior, caracterizadas pela harmonia das proporções e pela decoração de folhas de acanto dos seus capitéis. Amplo salão, com piso de mosaicos decorados, onde sempre acontecem reuniões das mais variadas: conferências, recepções, banquetes, concertos, velórios, exposições de artes plásticas e artesanato. A escadaria de madeira que dá acesso ao pavimento superior é uma das relíquias da construção civil de Aracaju. No pavimento superior, destacam-se um amplo *foyer*, com mobiliário da época e o templo, em que acontecem as sessões, às quartas-feiras, invariavelmente às 19h30. O prédio foi inaugurado festivamente em 31 de março de 1930, na gestão do irmão Antônio Manuel de Carvalho Neto, auxiliado pelos irmãos Silvino Fontes e Clodomir de Souza e Silva.

Outros maçons ilustres desde a década de 1940 tiveram presença marcante no desenvolvimento da Loja Cotinguiba,

entre eles podemos destacar os saudosos Irmãos Hermeto Rodrigues Feitosa, Sálvio Oliveira, Arivaldo Prata, Benilde Dias Vieira, Constâncio Vieira, Oswaldo de Souza, Antônio Xavier de Assis Júnior, João Barbosa dos Santos, Marcos Ferreira de Jesus, Carlos Teles Satler, José Augusto Machado, Eronides Santos e João Bosco de Araújo Fontes. Nos últimos cinquenta anos, têm se destacado os Irmãos José Francisco da Rocha, Carlos de Oliveira Lyra, Ibrahim Salim, Jilvan Pinto Monteiro e Orlando Mendonça, que, nos seus veneratos, não mediram esforços para o patrocínio de atividades culturais, edições de livros, realizações de seminários, concursos literários e conferências, construindo a memória e a história da secular Loja Simbólica Cotinguiba.

Todos eles comprometidos na preservação das sesquicentenárias instalações do monumental palacete maçônico e do seu Templo. A decoração do Templo atendia, até o final dos anos de 1970, a orientação do Rito Escocês Antigo e Aceito, cujas paredes levavam a cor carmim, com as franjas e símbolos dourados, que davam um toque soberbo e especial ao ambiente. Muitas discussões e debates aconteceram por ocasião da mudança da cor vermelha ou púrpura, próprias do Rito Escocês Antigo e Aceito, para a atual cor azul celeste, adotada pelos Ritos de York, Adoniramita e Moderno.

No Oriente, a abóbada (construída de enchimento com piaçava), tinha pintura e alegorias originais atribuídas a Orestes Gatti, artista plástico italiano, que deixou a sua arte registrada, também, em outros monumentos aracaJuanos, como no Palácio Olímpio Campos e na Catedral Metropolitana.

O Templo da secular Loja Simbólica Cotinguiba é monumental, elegante e testemunha de acontecimentos importantes que marcaram e ainda marcam a trajetória da sociedade aracajuana. Ele guarda seu significado simbólico, sua hierarquia e filosofia, que aguça a curiosidade das pessoas não iniciadas nos mistérios da Maçonaria. O seu Templo é o lugar onde se reúne a Loja ou trabalham os irmãos em Loja.

Essa sala é igual ou semelhante em todos os ritos, e foi construída e decorada segundo as normas do Rito Escocês Antigo e Aceito, que voltou a ser praticado, observando-se um perfil judaico-cristão, e com alguns elementos decorativos do Templo de Jerusalém e do Tabernáculo.

O Templo é a realização material do Quadro da Loja, e, em muitas delas, segue a forma de um quadrilongo de comprimento igual ao triplo de sua largura, sendo dividido, no sentido longitudinal, em três partes, orientado como nas igrejas: a entrada ao Ocidente, o lugar do Venerável ao Oriente, o lado esquerdo ao Sul e o direito ao Norte; simbolicamente, o Oriente é sempre onde se acha instalado o Trono do Venerável, ou Cadeira de Salomão, que é a parte mais importante do Templo Maçônico.

Nas Lojas maçônicas cristãs, o Volume da Ciência Sagrada ou Livro da Lei ou a Bíblia, composto pelo Antigo e Novo Testamento, juntamente com o Esquadro, o Compasso e a Carta Constitutiva, formam a decoração da Loja. Isso varia segundo a Escritura Sagrada de cada povo, mas é diante do Livro da Lei que o candidato jura fidelidade à Maçonaria, porque dali é que emana a luz de acordo com a qual ele tem de viver e conduzir-se.

O Esquadro, por sua vez, simboliza a moralidade. Na compreensão maçônica, ele resulta da união da linha vertical com a linha horizontal, é o símbolo da retidão e também da ação do Homem sobre a matéria e da ação do Homem sobre si mesmo. Significa que devemos regular a nossa conduta e as nossas ações pela linha e pela régua maçônica, pelo temor de Deus, a quem temos de prestar contas das nossas ações, palavras e pensamentos. Emite a ideia inflexível da honestidade, imparcialidade e precisão de caráter.

Já o Compasso é o símbolo do espírito, do pensamento nas diversas formas de raciocínio, e também do relativo (círculo) dependente do ponto inicial (absoluto). O compasso lembra aos obreiros de refrearem seus desejos e manterem suas ações dentro do círculo de um código moral. Os círculos traçados com o compasso representam as lojas.

Quando juntos e dependendo da arrumação ritualística sobre o Livro da Lei, obtém-se a representação se a Loja está funcionando no grau de Aprendiz, Companheiro ou Mestre.

A trolha representa o cimento dos laços de união e a disseminação do amor fraternal. Na Maçonaria a trolha é vista como ferramenta que espalha e coloca o amor fraternal, que é o caminho pelo qual podemos nos reunir como um grupo de irmãos, respeitarmos as religiões e opiniões uns dos outros. É essa a ideia. No centro de todo esse simbolismo está a letra “G”, que representa o Grande Geômetra, o Grande Arquiteto do Universo, ou seja, o ser supremo, a inteligência suprema. Seja quem, ou o que for, que reflete as variadas crenças da irmandade.

Dezenas de gestos crípticos e complexos apertos de mão, permitem aos maçons identificarem-se uns aos outros e o grau em que cada um está. Esse sistema de identificação era usado originariamente pelos pedreiros operativos e a associações de artífices, que serviu de modelo para os maçons.

Esquadro e Compasso são símbolos sobre os quais se debruça a simbologia e a filosofia maçônica, como anota Buck: “O esquadro é o símbolo da matéria e da terra; enquanto que o Compasso é o do espírito e dos céus” (BUCK, 2011, p. 242).

O assoalho do Ocidente é representado pelo Pavimento Mosaico ou Pavimento em Xadrez, constituído de ladrilhos quadrados brancos e pretos, dispostos, alternadamente, no centro da Loja, simbolizando a diversidade global das culturas, unidas pela Maçonaria, e a oposição de diversos contrários, bem e mal, espírito e corpo, luz e trevas.

As paredes e o teto do Templo são pintados em azul-celeste, restringindo-se o vermelho, cor predileta do Rito Escocês Antigo e Aceito (que voltou a ser praticado na loja), apenas aos estofamentos das cadeiras. Na Loja Cotinguiba, ao Oriente de Aracaju, antigamente, as paredes do Templo eram pintadas de carmim (vermelho vivo, arroxeadado), exceto a Abóboda Celeste. A franja e a borda de 81 Nós eram douradas. A cor carmim, na decoração dos Templos centenários, decorria da tradição desse rito, originário na França, com influência direta do Colégio Clermont, comandado pelo Alto Clero, Nobreza e pelos Jesuítas, cuja cor predileta é a cor vermelha.

No alto das paredes do Templo, entre as Colunas Zodiacais e a Abóbada Celeste, sobressai-se a Corda de 81 nós. Ela simboliza a União e a Fraternidade que deve existir entre todos os maçons da face da Terra. No passado, atrás do Trono do Venerável, era pintado o Globo Terrestre, encimado pela Estrela de Cinco Pontas ou Estrela Flamejante, ou ainda Pentagrama, da qual se projetavam raios, envolvendo essa alegoria. O Globo foi substituído pela imagem do Delta.

O nó central dessa corda emblemática encontra-se sobre o Trono do Venerável, tendo de cada lado quarenta nós equidistantes entre si, que se estendem pelo Norte e pelo Sul e cujas extremidades terminam, de cada lado da porta de entrada, pendentes, em forma de borlas que simbolizam Justiça e Prudência.

Ao fundo, fronteiro à porta de entrada, situa-se o Oriente, em nível superior ao do Ocidente e ao qual se sobe por quatro degraus baixos, identificados como Força, Trabalho, Ciência e Virtude. O Oriente é separado do Ocidente por uma balaustrada – a Grade do Oriente, emblema da Razão – composta por pequenas colunas, com altura de um metro, encimadas por uma barra horizontal, tendo ao centro uma passagem de amplitude proporcional à largura do Templo.

Junto à parede ocidental e ladeando o portal, na Sala dos Passos Perdidos, elevam-se as duas Colunas do Pórtico, de ordem egípcia, ocas e alvas, encimadas com as emblemáticas três romãs, cujos grãos simbolizam a prosperidade e solidariedade da família maçônica.

A coluna colocada ao Norte, à esquerda de quem entra no Templo, tem insculpida no fuste a letra “B”, que significa

“em”, e oaz, “força”, portanto, “na força”. É uma homenagem a Booz ou Boaz, bisavô de Davi (Ruth 1:13-22), e simboliza a primeira coluna do pórtico do templo de Salomão; enquanto que a coluna colocada ao Sul, à direita de quem entra no Templo, tem insculpida no seu fuste a letra J, representativa de Jachin, nome derivado de Jah, abreviatura de Jeová, e de Jachin, significando estabelecer. Era a segunda coluna do Templo de Salomão, que se erguia à mão direita, isto é, ao Sul, no pórtico ou à entrada (Reis 1:7-21). Portanto, as duas combinadas significam “Deus se estabelecerá em força” ou “como uma fortaleza”.

As Colunas são os símbolos dos limites do mundo criado, da vida e da morte, do elemento masculino e do elemento feminino, do ativo e do passivo. Estas são também representações físicas das duas colunas da entrada do Templo de Salomão.

No eixo longitudinal do Templo, próximo ao fundo do Oriente, sobre um estrado, eleva-se o Trono do Venerável Mestre, ladeado por apenas duas outras cadeiras de espaldar um pouco mais baixo.

Entre o Trono e a parede de fundo não há espaço livre para circulação, pois não é permitido passar por trás do Trono e à frente do Delta Sagrado. A proibição da passagem por trás do Trono cinge-se ao fato de que implicaria passar na frente do Delta Sagrado, por cima do estrado, pois, além de ser um erro, é uma prática vedada, uma vez que o Delta Sagrado deve ser visível a todos aqueles que estão no Templo, não podendo a sua visão ser obstruída por pessoas, ou por objetos, pois nos ritos teístas, como o Rito Escocês Antigo e

Aceito (que voltou a ser praticado), ele representa a presença de Deus, devendo sempre estar à vista de todos. Tanto nas Igrejas judaico-cristãs como nos templos maçônicos, está geralmente envolvida de uma “glória”, e centrada pela letra G, ou o Olho da Onisciência, Onipresença e Onipotência do Grande Arquiteto do Universo, inserido no triângulo equilátero, um dos símbolos fortes da Maçonaria Universal.

No Templo da Loja Cotinguiba não se adotou o Dosel sobre o Trono do Venerável. Ali se sobressai a Abóboda Celeste, decorada com o Sol, a Lua, a Estrela Flamejante e nuvens.

À frente do Trono, fica o Altar do Venerável Mestre, sobre o qual estão o malhete, a Espada Flamejante, a Constituição, o Regulamento Geral da Ordem, o Estatuto da Loja, um exemplar do Ritual do Grau e outros objetos.

À esquerda e elevado sobre um estrado, fica a cátedra e o Altar do 1º Vigilante, sobre o qual repousam um malhete e um exemplar do Ritual do Grau. Nessa coluna, também chamada Coluna do Norte (ou do meio dia), atua a mencionada autoridade maçônica, como símbolo do Pilar da Força, aplicando com serenidade seus conhecimentos, como um dos auxiliares do Venerável. A joia distintiva do seu cargo é o Nível, símbolo da serenidade, da imparcialidade, da tolerância e da igualdade. O 1º Vigilante representa uma das três luzes do Templo e está relacionado com o planeta Marte, que rege o início, a coragem, o pioneirismo e o impulso. Aos pés do seu altar, repousa a pedra bruta, que ali foi colocada como símbolo das imperfeições do espírito que o maçom deve procurar corrigir.

A cátedra e o altar do 2º Vigilante (Pilar da Beleza) ficam na Coluna do Sul. O 2º Vigilante é a autoridade maçônica que, juntamente com o Venerável e o 1º Vigilante, integra as três luzes do Templo. Está associada ao planeta Vênus, que rege a harmonia, o prazer, a alegria e a beleza como manifestação do Grande Arquiteto do Universo. O Pilar da Beleza confere ao 2º Vigilante a beleza interior que cada homem deve ter. A Beleza simboliza também o adorno das ações, do caráter e do espírito do maçom. A joia distintiva do cargo é o Prumo, símbolo da retidão.

A Loja Simbólica Cotinguiba manteve-se como única instituição maçônica em Sergipe até o dia 26 de novembro de 1957, quando foi criada a Loja Simbólica Clodomir Silva, em Aracaju. Muitos anos depois, foi fundada a Loja Simbólica Tiradentes, em 25 de setembro de 1980 e seguidamente a Loja Simbólica Marcos Ferreira de Jesus, em 27 de agosto de 1985; a Loja Simbólica Constâncio Vieira, em 22 de janeiro de 2000, e a Loja Simbólica A Marselhesa, em 30 de julho de 2012, todas ao Oriente de Aracaju. No Oriente de Estância foi fundada, em 21 de abril de 1960, a Loja Simbólica Piauytinga. No Oriente de Itabaiana, foi fundada a Loja Simbólica José Mesquita da Silveira, em 14 de julho de 1989. Em Laranjeiras foi fundada a Loja Simbólica Harmonia Laranjeirense, no dia 28 de abril de 1991, e em São Cristóvão foi fundada a Loja Simbólica Sérgio Goldhar, em 15 de março de 2002. Fundada em 22 de dezembro de 1975, funcionou em Propriá a Loja Simbólica Luz do Opara, deixando de funcionar em 31 de dezembro de 2008.

Em meio às criações dessas lojas, foi fundado em 1º de dezembro de 1989, o Grande Oriente do Brasil – Sergipe, com a finalidade de apoiar a Maçonaria nas causas sociais, projetos, seminários, assistência social, destacando a importância da mulher e da família.

A Loja Cotinguiba, por toda essa relação com a sociedade sergipana, constituiu-se como o principal marco na formação da Maçonaria no Estado de Sergipe, desenvolvendo um trabalho educativo, cultural e pedagógico na fundação de outras Lojas Maçônicas, e do Grande Oriente do Estado de Sergipe.

Em 2013 era criada a Série Vultos da Maçonaria, para homenagear construtores da Loja Cotinguiba, inaugurando-se essa coleção com o livro Carvalho Neto, no qual foi destacada a importância do Venerável Antônio Manoel de Carvalho Neto, que além da sua importância como um dos mais proeminentes maçons do passado, foi um dos fundadores da Academia Sergipana de Letras e da Faculdade de Direito de Sergipe. No ano seguinte, publicava-se o livro Clodomir Silva, para enaltecer a personalidade de Clodomir de Souza e Silva, analisando a vida e obra do ilustre jornalista, professor, advogado, político, folclorista e maçom, destacando a sua contribuição na cultura e na educação dos sergipanos. Além da sua participação na historiografia de Sergipe, ao publicar o Álbum de Sergipe e Minha Gente, que registra a forte presença popular na formação cultural de Sergipe, foi o fundador da Cadeira nº 13 da Academia Sergipana de Letras, Venerável e Orador da Loja Simbólica Cotinguiba.

Já em 2015, editava-se o livro Carlos Teles Satler, com o objetivo de reverenciar a trajetória de sua vida, a sua contribuição para a Maçonaria contemporânea e pela sua atuação no campo da beneficência e no fortalecimento dos segmentos mutuários da Loja Simbólica Cotinguiba.

Nas várias gestões do Irmão Carlos Teles Satler era visível o seu trabalho de amparo social às pessoas carentes de recursos econômicos e hipossuficientes organizacionais, pois ele tinha o dom de atrair maçons para atuarem nas campanhas comunitárias e na interação com a mídia escrita, falada e televisiva, e no recrutamento de empresários e de gestores públicos para as ações mais nobres da Loja Cotinguiba.

Ao lado dessas importantes efemérides, a pioneira Oficina desenvolve projetos importantes, como a realização de Concursos Literários, interagindo na orientação de adolescentes na construção de ensaios publicados em antologias, já na quinta edição.

Nestes ensaios têm sido abordados os temas mais envolventes de interesse da sociedade, além de crônicas, contos e poemas românticos, líricos e sociais, com participações de mais de 3.000 inscritos, desde a sua primeira edição em 2014, cujo projeto vem recebendo incentivos dos gestores da loja e dos seus obreiros, bem como de professores e especialistas nos diversos segmentos acadêmicos, que avaliam, gratuitamente, essas obras literárias.



## LIGA SERGIPENSE CONTRA O ANALFABETISMO

Criada por maçons da Loja Cotinguiba e com o compartilhamento de intelectuais e filantropos sergipanos, a Liga Sergipense Contra o Analfabetismo teve por objetivo a erradicação do analfabetismo em Sergipe, cumprindo a um chamamento da Liga de Defesa Nacional, a partir de uma campanha liderada pelo maçom, poeta e jornalista Olavo Bilac, que situava o analfabetismo como um problema nacional.

A fundação da Liga Sergipense Contra o Analfabetismo aconteceu no dia 24 de setembro de 1916, no salão nobre do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, em uma solenidade muito concorrida, sob a presidência do general Antônio Prisciliano Oliveira Valadão, então Presidente (governador) do Estado, à qual compareceram o desembargador Manoel Caldas Barreto Netto, então Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, o desembargador Evangelino José de Faro, os advogados Deodato Maia e Adolpho Ávila Lima, além dos professores Luiz José da Cosa Filho, Florentino Teles de Menezes, Oreste de Souza Andrade, Manoel José Santos Mello, do padre Possidônio Pinheiro da Rocha, da médica Ítala Silva de Oliveira, do dr. Edgar Coelho e de convidados especiais. Coube ao advogado Adolpho Ávila Lima a presidência da novel instituição, entretanto, devido a dissidências, dela renunciou em abril de 1917, pelo que foi eleito para substituí-lo, em 3 de setembro de 1917, o Almirante Amintas José Jorge, um dos repre-

sentantes da Loja Simbólica Cotinguiba na formação dessa associação civil.

Vencidos esses obstáculos iniciais, a Liga Sergipense Contra o Analfabetismo, agora sob a direção do Almirante Amintas José Jorge, fundou uma escola de ensino misto, aos cuidados da professora Ítala Silva de Oliveira. Seguidamente, foram criadas as escolas Teodoro Sampaio, localizada no térreo do Tribunal da Relação, na Praça Tobias Barreto (atual Praça Olímpio Campos), onde funciona o Memorial do Judiciário, dirigida pela professora Ilda Valois; a escola Rio Branco, dirigida pelo professor Lindolfo Salles de Campos, que se localizava na Avenida Carlos Burlamaqui, destinada a alunos do sexo masculino; a escola Tobias Barreto, de ensino misto, situada na Rua Simão Dias, esquina com a Rua Laranjeiras, a cargo da professora Maria José Lima; a escola França Melo, de ensino misto, tendo sede na Rua de Estância, além da Avenida Pedro de Calasans, sob a regência da professora Ornélia Vianna da Silva. Além dessas unidades de ensino, outras foram criadas sob o auspício da Loja Maçônica Cotinguiba, entre elas a escola José Augusto Cesar Ferraz, no Bairro Santo Antônio, dirigida pela professora Clara Campos; a escola Cesário Pessoa, na Barra dos Coqueiros, dirigida pelo professor Misael Franklin Rosal. Em Propriá, a Liga inaugurou uma escola dirigida pela professora Ernestina Minervina Torres, destinada ao ensino misto; em Santo Amaro das Brotas, foi criada a escola Comendador Travassos (SILVA, 1920, p. 119).

O grande acontecimento em favor da organização da Liga Sergipense Contra o Analfabetismo remonta a setem-

bro de 1916, ocorreu durante o 5º Congresso Brasileiro de Geografia, na cidade de Salvador. Segundo ela, naquela ocasião, o geógrafo Theodoro Sampaio, presidente da Comissão organizadora do evento, seguindo o movimento que se irradiava no país, fez uma proposta solicitando aos intelectuais que constituíssem comissões estaduais de defesa e proteção do ensino primário, tomando o desafio de combater o analfabetismo para que na data do Centenário da Independência do Brasil, cada capital estivesse livre dele (SOUZA, 2004, p. 37).

A partir dessas propostas, os maçons sergipanos preocuparam-se em alfabetizar adultos, principalmente operários para as fabricas têxteis de Aracaju e outros prestadores de serviços, como ferroviários, marítimos, comerciários e artesãos.

Devido a essa postura de vanguarda, a Liga tornou-se um referencial da Educação em Sergipe e no Brasil. Nesse sentido, vale registrar a anotação de Maria Thetis Nunes:

Cumprе ressaltar a atuação de iniciativa privada na fundação da Liga Sergipense Contra o Analfabetismo em 23/9/1916, visando, especialmente, a educação de adultos. A primeira escola era mista e nela lecionava a professora Ítala Silva de Oliveira. Já em 1920 contava com 8 escolas noturnas, não só na Capital como no interior, para atender aos que trabalhavam (NUNES, 1984, p. 90).

O desempenho da Liga Sergipense Contra o Analfabetismo na tarefa de educar a população pobre secundou a

atividade do Estado no seu serviço de alfabetização, contribuindo de forma preponderante para a prática educativa em Aracaju.

Ao longo do século XX, a Maçonaria foi responsável por inúmeras instituições, notadamente, escolas para o combate ao analfabetismo e para o ensino profissionalizante, estes, focados em corte-costura, culinária, práticas agrícolas e datilografia, pois muitas pessoas não tinham condições suficientes para conseguirem um curso profissionalizante pago, gerando muitos problemas e fazendo com que elas se desviassem do mercado de trabalho (NASCIMENTO, 2015, p. 91).

Nesse sentido, a professora Clotildes Farias de Souza destaca que:

Foi graças, sobretudo, ao apoio recebido pela LMC que a LSCA conseguiu se manter durante oitenta e oito anos, chegando até os dias atuais. O Art. 7º dos Estatutos traz em seu bojo que o seu 'prazo de duração é ilimitado' e isto tem certa validade, quando se observa esforço despendido em favor da sua sobrevivência, sob a justificativa de que devia persistir até se verificasse no Estado a extinção completa do analfabetismo. Até onde se sabe, de todas as ligas contra o analfabetismo que foram criadas no Brasil nos primeiros anos republicanos, apenas a de Sergipe teve uma existência tão longa.

O ano de 1950 tornou-se um marco significativo na história da associação porque registrou a interrupção da expansão escolar. Por motivos de ordem diversa, o

processo de criação de escolas de alfabetização cessou naquele momento, embora o trabalho da associação tenha continuado. As salas de aula existentes naquele momento foram aos poucos sendo desativadas. Apesar de serem abertas duas novas escolas, nestas se ensinava apenas datilografia e corte e costura. Com o tempo, a alfabetização foi perdendo privilégio e o número das escolas caiu. De vinte e nove em funcionamento no Estado naquele ano, o número baixou para quatorze na década seguinte, e de 1970 em diante, somente nove escolas de alfabetização permaneceram funcionando. Esse quantitativo baixou para uma em 1984 e, mesmo assim não perdeu. Atualmente, a única escola existente funciona somente com os de formação profissional já referidos, ou seja, datilografia e corte e costura (SOUZA, 2004, p. 37).

Essa observação faz bastante sentido, o estado começava a assumir, realmente, os programas de alfabetização e do ensino, apesar de a Constituição da República Federativa do Brasil, de 1967, não mencionar a quem competia combater o analfabetismo. Referia-se, apenas, ao ensino primário, dispondo, no seu artigo 176, § 3º, inciso 11, que “o ensino primário é obrigatório para todos, dos sete aos quatorze anos, e gratuito nos estabelecimentos oficiais” (RUSSOMANO, 1970, p. 326). Nada dispunha sobre o ensino profissionalizante. A normatização desse segmento educacional ficou restrita à legislação ordinária, decretos federais e portarias do Ministério da Educação.

Diante das iniciativas do poder público, especialmente com a criação do Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabe-

tização), instituído pelo decreto nº 62.455, de 22 de março de 1968, que propunha a alfabetização funcional de jovens e adultos, a Liga Sergipense Contra o Analfabetismo foi perdendo o propósito para o qual foi instituída, pois não havia condições de concorrer com as ações governamentais para erradicar o analfabetismo, cuja tarefa não foi cumprida pelo Mobral, nem pelo Projeto Educar, que o substituiu.

Apesar dessas transformações institucionais, os dirigentes da Liga optaram em oferecer aos jovens carentes de recursos econômicos um curso de datilografia, pois esta modalidade de ensino só era ofertada por escolas particulares, entre elas a Escola Remington “Professor Plínio”, dirigida pela professora Genny Araújo Pinto; a Escola Remington da professora Zely Guedes Ximenes; a Escola de Datilografia Royal, da professora Maurina Ramos, entre outras.

Então, a Escola de Datilografia Almirante Amintas José Jorge, da Liga Sergipense Contra o Analfabetismo, mantida e administrada por maçons passou a funcionar em uma área do salão térreo da Loja Simbólica Cotinguiba e contemplava jovens e adultos, qualificando-os profissionalmente para atender ao mercado de trabalho em escritórios de lojas comerciais e de indústrias e, ainda, em repartições públicas.

A escola de datilografia mantida pela Maçonaria, na década de 1970, nasceu a partir da ideia do então Venerável Carlos Teles Satler, que iniciou uma campanha de aquisição de máquinas de escrever, junto a repartições públicas e a setores da iniciativa privada. Como resultado dessa em-

preitada, adquiriu, por doações, 100 máquinas, algumas com pequenos defeitos e outras praticamente inservíveis. Mas, com a ajuda dos maçons Torquato e Silvino Fontes, diretores da empresa Fontes Irmãos, que era a representante das máquinas de escrever Remington, conseguiu a recuperação de mais da metade daquelas máquinas, sem qualquer ônus para a Loja Cotinguiba, conforme relatou no seu depoimento prestado ao autor (SATLER, 2009).

Na época de funcionamento da Escola de Datilografia Almirante Amintas José Jorge, a pessoa que adquirisse o diploma de datilógrafo tinha mais oportunidades no mercado de trabalho e nos concursos. Nos concursos do Banco do Brasil, por exemplo, a prova de datilografia era eliminatória, ultrapassada essa barreira, o candidato submetia-se às provas de Matemática, Português, Inglês, Francês, Contabilidade, como depôs o Irmão José Francisco da Rocha, Venerável da Loja Simbólica Cotinguiba por quatro mandatos e ex-Grão Mestre Geral do Grande Oriente do Estado de Sergipe (ROCHA, 2009).

É importante frisarmos que os cursos de datilografia atendiam não só ao crescimento do comércio, das indústrias e dos serviços, mas também outros setores empresariais, diante do desenvolvimento urbano de Aracaju, em cuja economia passaram a ser injetados recursos decorrentes da exploração dos minérios em Sergipe, notadamente o petróleo, gerando com isso novas oportunidades de trabalho, inclusive para mulheres.

De igual modo, notou-se um crescimento do serviço público, em especial na área do planejamento e do incenti-

vo à industrialização, com a criação do Distrito Industrial de Aracaju, o desenvolvimento da Secretaria da Indústria e Comércio, da Companhia de Desenvolvimento Industrial de Sergipe (CODISE), da Companhia de Desenvolvimento de Recursos Hídricos de Sergipe e de outros órgãos voltados para o apoio e desenvolvimento empresarial, que absorveram muitos datilógrafos nos seus quadros.

Esses serviços de datilografia foram sendo utilizados, praticamente, por todas as empresas. A máquina de escrever era um instrumento de tecnologia da informação, voltada para a modernização dos serviços. Várias eram as marcas utilizadas: Remington, Facit, Ollivet, Royal, Olympia. Praticamente, as pessoas que pretendiam um emprego burocrático necessitavam ter conhecimento de datilografia, pelo que se deu origem à chamada “classe dos trabalhadores de escritório”, na expressão de Braverman.

Nota-se, assim, a preocupação da Maçonaria com a educação do povo aracajuano, incentivando o ensino profissional, como um instrumento capaz de formar uma mão de obra especializada. Na prática, a Loja Simbólica Cotin-guiba atendia ao princípio de que a educação adiciona valor quando transforma o indivíduo em parte ativa do progresso nacional ou da prosperidade pública, na expressão de Nagle (NAGLE, 2001).

A propósito, a preocupação com a educação profissional foi resultado da necessidade de uma mão de obra qualificada, preparando trabalhadores procedentes das camadas economicamente mais baixas da população, por meio de cursos de qualificação profissional, seguindo o princípio

de que difundia cursos “de duração e intensidade variáveis, que vão desde os cursos de aprendizagem aos cursos técnicos” (KUENZER, 1992, p. 12).

Assim, a partir dos dados coletados na documentação disponível, nos depoimentos colhidos junto a dirigentes da Loja Simbólica Cotinguiba, e de outras pessoas entrevistadas, verificamos a repercussão do curso de datilografia ofertado pela Escola de Datilografia Almirante Amintas José Jorge, como um dos participantes do desenvolvimento do ensino profissionalizante, consolidando, dessa forma, a presença da Maçonaria para a prática educativa de Aracaju (NASCIMENTO, 2012, p. 112).

Ao encerrar as suas atividades na década de 1980, a Liga Sergipense Contra o Analfabetismo mereceu o reconhecimento da Maçonaria e em especial da Loja Simbólica Cotinguiba, pelos relevantes serviços prestados ao povo sergipano.



## **ASILO RIO BRANCO**

O centenário Asilo Rio Branco é uma instituição filantrópica que está alcançando há mais um século de existência as suas propostas institucionais. A solenidade de sua fundação aconteceu no dia 1º de outubro de 1911, na Sede da Associação Comercial de Sergipe.

Esse projeto teve início através da iniciativa de Idalino Rodrigues Dantas, que foi muito incentivado pelo Presidente (Governador) do Estado, General José de Siqueira Mene-

zes, que viabilizou a construção do prédio da instituição, o que teve continuidade pelo seu sucessor, o General Oliveira Valadão e, seguidamente, pelo General José Joaquim Pereira Lobo, que o inaugurou no dia 20 de outubro de 1918. O Asilo funcionou por muitos anos em um sobrado com pavimento, localizado na antiga Rua Nossa Senhora da Glória, hoje Rua Dom José Thomás, no Bairro São José, onde hoje está o Ginásio Charles Moritz e a administração do SESC (Serviço Social do Comércio).

Logo que inaugurado, o Asilo Rio Branco foi administrado pelo Desembargador Simeão Telles de Menezes Sobral, cuja administração foi compartilhada com pessoas da Igreja Católica Apostólica Romana. Depois, os representantes da Igreja assumiram o controle do Asilo, podendo-se destacar entre os seus antigos diretores, comerciantes, magistrados, professores, médicos e funcionários públicos. Considerando as atividades filantrópicas da Loja Simbólica Cotinguiba, o Asilo Rio Branco passou a ser administrado por membros do seu quadro associativo, merecendo destacarmos as atuações dos Irmãos Arivaldo Prata, José Rodrigues Santiago, João Nunes de Andrade, Sálvio Oliveira, José Álvaro de Carvalho Prado, estando atualmente na presidência da instituição o empresário da indústria Orlando Carvalho Mendonça, que, também, é Venerável Mestre da Loja Simbólica Cotinguiba.

Atualmente o Asilo Rio Branco, está situado na Avenida Adélia Franco, S/N, Grageru, Aracaju, Sergipe. Nos dias atuais, a instituição filantrópica tem a capacidade de abrigar pessoas da terceira idade de ambos os sexos, gratuitamente,

contemplando todos os requisitos de segurança, atenção à saúde, conforto e assistência que o hóspede merece.



## **AÇÃO PARAMAÇÔNICA JUVENIL**

Com a finalidade de promover uma maior atuação junto à família e aos adolescentes e jovens, o Grande Oriente do Brasil criou em 15 de abril de 1983, a Lei nº. 2, de 15 de abril de 1983, com base no Artigo 137 da sua Constituição, a Ação Paramaçônica Juvenil do Grande Oriente do Brasil, com a finalidade de agregar a Família Maçônica aos adolescentes e aos jovens, pois é uma iniciativa brasileira que ainda não se expandiu pelo mundo, se diferenciado das demais por aceitarem nesta “Ação” pessoas de ambos os sexos, reforçando o intuito de humanização entre estes, e instruindo-os para serem cidadãos atuantes.

A partir desse avanço institucional, foi criado em 29 de setembro de 2007, o Núcleo Alfa Cotinguiba, patrocinado e assistido pela Loja Simbólica Cotinguiba, com a finalidade de integrar jovens entre 7 e 21 anos, para participarem de atividades filosóficas, culturais e sociais defendidas pela maçonaria brasileira, criando uma reserva moral para o Brasil, além de complementar a educação recebida na escola e no lar.

Dentro desses princípios, tutelados pelas organizações da Maçonaria, os seus membros têm promovido condições para o funcionamento desse departamento, visando as virtudes e as potencialidades dos adolescentes e dos jovens,

evitando que se desviem dos caminhos da verdade e do amor fraterno e que contribuam para a formação de uma sociedade livre, participativa e democrática, assegurando a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

Com isso, o Núcleo Alfa Cotinguiba tem se projetado dentro da sociedade aracajuana, solidificando a atuação dos seus integrantes, que seguem as metas estabelecidas pela organização paramaçônica, interagindo com a sociedade e promovendo a propagação do bem ao próximo. Esses jovens, ao conquistarem atitudes e comportamentos adequados, descobrem o senso do dever e os caminhos de influenciar os destinos da nação, sob o ideal de que o bem geral tem precedência sobre o bem particular, formando adultos polidos e ilustrados.

Dentre os princípios norteadores da Ação, encontram-se o estudo das personalidades históricas brasileiras, o conhecimento sociopolítico do país, noções de cidadania, patriotismo, fidelidade, ética, além do desenvolvimento de talentos adicionais ao esporte, artes, literatura e liderança. É o desenvolvimento da arte da vida com sabedoria, justiça e amor, propiciando aos jovens oportunidades de atuar, criar, pesquisar e de cumprirem as suas missões com dignidade e cidadania.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



AGULHON, Maurice. **Pénitents et Francs-Maçons de Ancienne Provence**. Paris: Fayard, 1984.

ALBUQUERQUE, A. Tenório. **O quê é Maçonaria**. Rio de Janeiro: Editora Aurora, 1972.

ALENCAR, Renato de. **Enciclopédia histórica do mundo maçônico**. Rio de Janeiro: Editora Maçônica, 1968. 1 v.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. Tradução de Nathanael C. Caixeiro. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

CAMINO, Rizzardo da. **Introdução à Maçonaria**. Rio de Janeiro: Editora Aurora, 1972. 1º v.

FERNANDES, Domingos. **Notas sobre os paradigmas na investigação em educação**. Disponível em: <http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/ichagas/mi2/Femandes.pdf>.

JONES, Peter. **Rights**. Palgrave Macmillan, 1994.

KUENZER, A. Z. **Ensino de 29 grau: o trabalho como princípio educativo**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1992.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 2. ed. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2003.

MENDES, Ezequiel. **Que é Maçonaria?** Rio de Janeiro: Editora Aurora, 1973.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. 2 ed. RJ: DP&A, 2001.

NASCIMENTO, José Anderson. **A Loja Simbólica Cotinguiba nos caminhos da história**. Aracaju: Gráfica Editora J. Andrade Ltda, 2000.

NASCIMENTO, José Anderson. **A Loja Simbólica Cotinguiba nos caminhos da história.** Aracaju: Academia Sergipana de Letras, 2000.

NASCIMENTO, José Anderson. **Igreja e Maçonaria.** In: Cadernos UFS. São Cristóvão: Fase. IX -Vol. 5, 2007.

NUNES, Maria Thetis. **História da educação em Sergipe.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

RUSSOMANO, Rosah. **Anatomia da Constituição.** São Paulo: RT Editora Revista dos Tribunais, 1970.

SANTOS, Boaventura Souza. **A crítica da razão indolente – Contra o desperdício da experiência.** São Paulo: Cortez, 2000.

SILVA, Ivanilson Bezerra da; BONTEMPI JÚNIOR, Bruno. Elite maçônica e as escolas da Loja Sete de Setembro na revista A Maçonaria no Estado de São Paulo (1912-1932). São Paulo: **Revista Brasileira de História da Educação**, vol. 18, e039, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5761/576162063025/html/>. Acesso em: 24 abr. 2022.

## DEPOIMENTOS

ROCHA, José Francisco da. Depoimento prestado ao autor em 4 de julho de 2009.

SATLER, Carlos Teles. 2009. Depoimento prestado ao autor. Aracaju, 15 de setembro 2009.

## **ANEXOS**



Grande Oriente do Brasil

RITUAL

DO

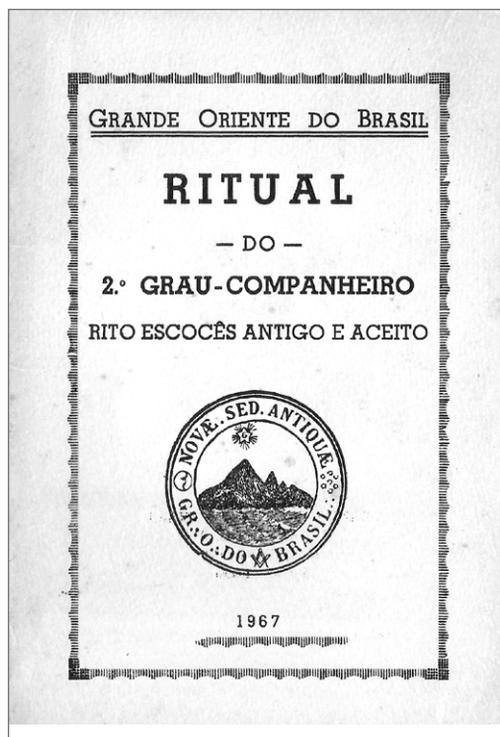
1.º GRAU - APRENDIZ

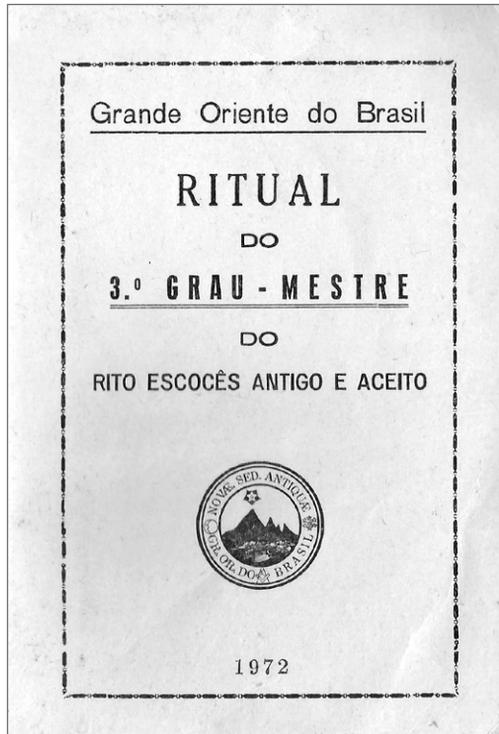
DO

RITO ESCOCÊS ANTIGO E ACEITO



1967







José Anderson Nascimento



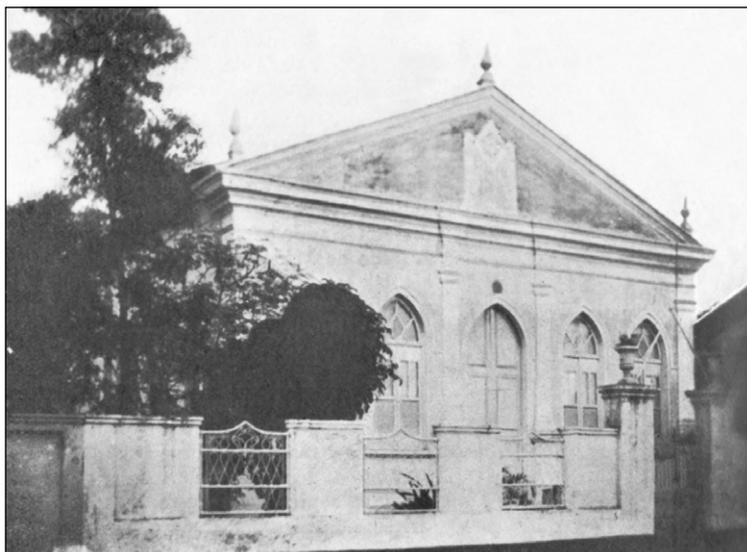


## LOJA CAPITULAR COTINGUIBA

CONVITE — PROGRAMA

100 ANOS  
1872 - 1972





Loja Simbólica Cotinguiba (primeira sede)



Seminário de Mestres Maçons: da esquerda para direita: Raimundo Nonato, José Rodrigues Santiago Filho, Zaldo Alves Lima, Mário Henrique Borges Barreto, José Francisco da Rocha, Joviniano Oliveira Filho, José Augusto Leite Costa e José Anderson Nascimento.



Vigília da Maçonaria no esquife com restos mortais do imperador D. Pedro I no Palácio Olímpio Campos (da esquerda para direita: Arivaldo Carvalho, Zedechias da Silva Lemos, José Anderson Nascimento e José Brito).



Sessão pública. Em pé: José Anderson Nascimento.



Sessão Pública: Templo da Loja Cotinguiba, com as presenças de Maçons e familiares



Sessão solene pública: sentados: governador Paulo Barreto de Menezes, Dom Luciano Cabral Duarte, Dr. Marcos Ferreira de Jesus, vice-governador Adalberto Moura. Em pé: Carlos Teles Sattler



Venerável Carlos Teles Sattler, Dr. Marcos Ferreira de Jesus e João Teixeira de Moraes



Dr. Marcos Ferreira de Jesus, José Francisco da Rocha e Governador Augusto Franco



Salão de Festas da Loja. Sentados: Grão-Mestre Geral do Grande Oriente do Brasil, Moacyr Arbex Dinamarco; vice-Grão-Mestre Geral do Grande Oriente, Osmane Vieira de Resende. Sentado, de costas, Dr. Marcos Ferreira de Jesus. Na tribuna: Divaldo Franco (conferencista).



Sessão pública. Conferencista Dom Luciano José Cabral Duarte, governador Paulo Barreto Menezes, vice-governador Adalberto Moura, dignatários da Loja Simbólica Cotinguiba e familiares



Banquete realizado no Iate Clube de Aracaju em 10 de novembro de 1972, comemorativo ao Centenário da Loja Simbólica Cotinguiba. Sentados: Dom Luciano José Cabral Duarte, Maria Conceição Menezes, Dr. Paulo Barreto de Menezes e em pé: Dr. Maocy Arbex Dimanarco, Grão-Mestre Geral do Grande Oriente do Brasil



Dr. Maocyrbex Dimanarco entrega diploma comemorativo ao Centenário da Loja Simbólica Cotinguiba ao Venerável Carlos Teles Satler



Irmãos João Barbosa dos Santos, Dr. Marcos Ferreira de Jesus, Carlos Teles Satler e o doutrinador espírita Divaldo Franco



Dr. Moacyr Arbex Dinamarco condecora o Dr. Marcos Ferreira de Jesus com a medalha comemorativa do Centenário da Loja Simbólica Cotinguiba. Sentado: Governador Paulo Barreto de Menezes

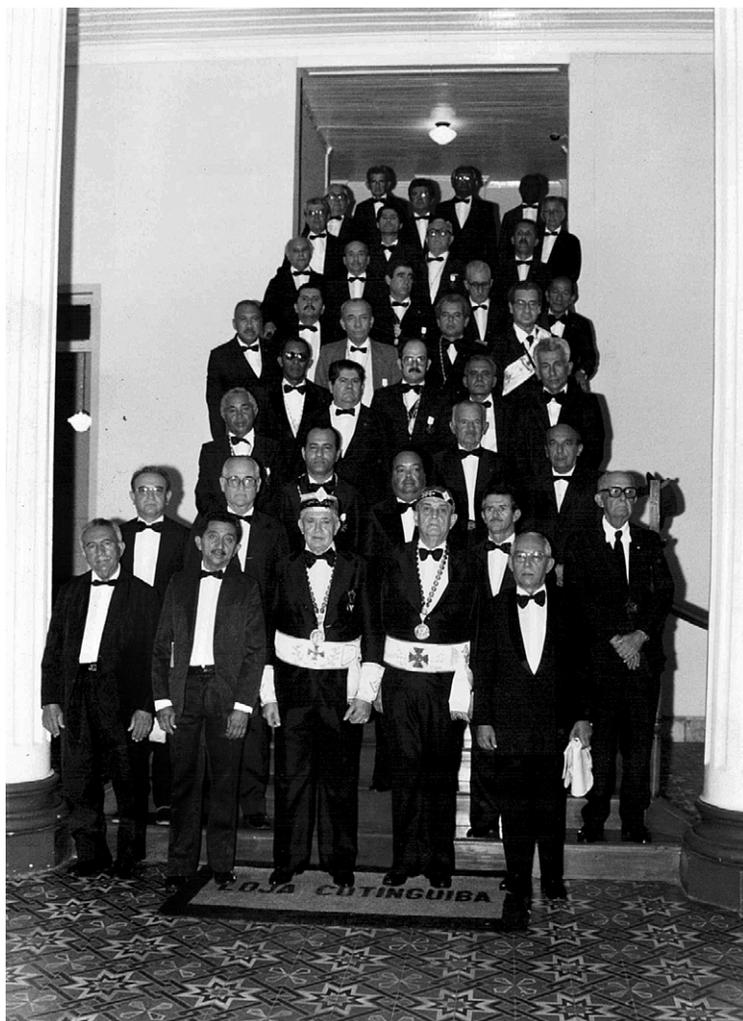
José Anderson Nascimento



Sérgio Rocha, Antônio Freitas, Laelson Rodrigues, Joé Francisco da Rocha, Orlando Mendonça. Parte superior: Iraken Santos, Marcos José da Silva, Ibrahim Salim



José Francisco da Rocha, João Teixeira de Moraes



Colação de Grau 33 com a presença de irmão Ariovaldo Vulcano, o terceiro da esquerda para direita



Laelson Rodrigues, Ibrahim Salim, Walmir Lopes de Almeida, Orlando Mendonça



Orlando Mendonça, José Francisco da Rocha, Jouberto Uchôa de Mendonça e Albano Franco

Formato: 15cm x 21 cm  
Tipologia: Andada  
Papel miolo: Pólen 80gr  
Tiragem: 500 exemplares  
Impresso: Segrase Gráfica e Editora



LOJA SIMBÓLICA COTINGUIBA

E A CONSTRUÇÃO DA MAÇONARIA EM SERGIPE

São 150 anos completados nesse novembro de 2022. E sempre surgiu prestimosa, de forma útil e cuidadosamente discreta, ativa e vigilante, em tudo o que diz respeito à vida sergipana e nacional. Tudo isso é retratado, esmiuçado, explicado, contextualizado neste livro documento histórico, que José Anderson Nascimento escreveu para homenagear a Loja Cotinguiba. Homenagear os que erigiram a arquitetura virtuosa no decorrer de um século e meio de vida. De intensa vida.

ISBN 978-658600489-2



9 786586 004892